



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Ata nº 2

Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e vinte cinco minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante Assembleia, no Auditório Domingues de Azevedo, sito na Avenida Defensores de Chaves, 85-B, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Antes da ordem do dia:-----
- a) Tomada de posse de representantes da Assembleia Representativa ;-----
 - b) Informação sobre as presenças, faltas justificadas e representantes; -----
 - c) Informação sobre a presença de membros da Direção, do Conselho Fiscal e de apoio jurídico; -----
 - d) Informações da Mesa e pedidos de esclarecimento;-----
 - e) Informações da Bastonária e pedidos de esclarecimento;-----
 - f) Intervenções de representantes da Assembleia Representativa .-----
- 2) Ordem do dia: -----
- g) Leitura e votação da ata da reunião anterior;-----
 - h) Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas 2017;-----
 - i) Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento Anual 2018;-----
 - j) Apresentação, discussão e votação do Regimento da Assembleia Representativa ;-----
 - k) Eleição da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais;-----
 - l) Leitura e votação da minuta da ata.-----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a presença de todos, e a confiança depositada na Mesa consubstanciada na votação realizada na reunião anterior.-----

----- Foram prestadas informações pela Mesa, quer relativamente ao funcionamento da Assembleia, quer relativamente aos pontos em discussão constantes da ordem de trabalhos.-----

----- No **ponto 1**, antes da ordem do dia:-----

----- Tomou posse o membro nº 84221 Manuela de Fatima Carvalho Fernandes em substituição do membro nº 10323 Ricardo Viana Felgueiras, pelo Circulo eleitoral de Viana do Castelo, por motivo de demissão do cargo e a pedido do mesmo, conforme declaração recebida;-----

----- Foi dada informação que nesta Assembleia estavam presentes 75 membros. Fizeram-se ainda representar 8 membros: -----

----- José das Neves Raimundo, CC 53932, representado por Paulo Alexandre Vivas Castanho, CC 1013; -----

----- Rosa Branca Pinto Areias, CC 44942, representada por Pedro Nuno Martins de Moura Areosa, CC 6379; -----

----- Graça Maria do Carmo Azevedo, CC 18127, representada por Carla Manuela Teixeira de Carvalho, CC 11944;-----

----- Dina Maria Izidoro Carneiro, CC 83329, representada por Rosendo Manuel da Silva José, CC 12529; -----



[Handwritten signatures]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

----- João Luís Morcela Rodrigues dos Reis, CC 33583, representado por Romeu Manuel Almeida de Figueiredo, CC 15249;-----

----- Diamantino Pinto Dias da Rosa, CC 28399, representado por Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094;-----

----- Vítor Manuel Silva Oliveira, CC 6348, representado por Fernanda Ferreira Miranda de Freitas, CC 48773;-----

----- Hélder Filipe Pereira da Cruz Branco, CC 20998, representado por Aurélio Gonçalves Coelho da Silva, CC 93988;-----

----- Faltaram os seguintes Representantes:-----

----- Daniel Filipe Moreira Lopes, CC 71031;-----

----- Sérgio Ricardo de Freitas Jesus, CC 58202;-----

----- Júlio Marques Feijão, CC 1427;-----

----- António Mendes Pinto, CC 1918;-----

----- O Representante António Mendes Pinto, CC 1918, justificou a sua ausência a qual foi aceite pelo Presidente da Mesa.-----

----- Assim, o total de membros presentes e representados é de 83 o que equivale a 95,4% do total dos membros que constituem esta Assembleia. Está assim, a Assembleia, em condições de validamente reunir e deliberar sobre os pontos constantes da ordem de trabalhos.-----

----- O Presidente da Mesa, constatou que a presente reunião foi devidamente convocada, nos termos definidos no artigo 44.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados. Anexaram-se à Convocatória, embora em momentos diferentes, os seguintes documentos: Ata da reunião anterior, cuja versão final foi disponibilizada antes do início da reunião; Relatório Contas 2017; Plano de Atividades e Orçamento Anual 2018; duas propostas de Regimento da Assembleia Representativa. --

----- O Presidente da Mesa informou que, dados os assuntos a serem tratados, convidou a estarem presentes a Sra. Bastonária, a Direção da OCC, o Conselho Fiscal e o Conselho Jurisdicional, estando presentes na reunião todos os membros daqueles órgãos. Foram ainda convidados os juristas João Pedro Ferreira da Silva e Amândio Silva para assessorar a Mesa e o Conselho Diretivo respetivamente. -----

----- Aceitou ainda que estivessem presentes colegas Contabilistas Certificados não pertencentes a esta Assembleia. -----

----- Foram ainda justificados os motivos da escolha da data e hora desta Assembleia.-----

----- No âmbito da alínea e) do ponto 1 antes da Ordem do dia, a Sra. Bastonária prestou as seguintes informações que se transcrevem em baixo:-----

----- *"Muito boa tarde. Sejam todos bem-vindos à nossa casa e esperemos que seja uma reunião que nos traga tudo aquilo que nos satisfaça o exercício da profissão, e que o relatório e contas e todos os trabalhos que estão aqui hoje previstos corram da melhor forma e por isso eu gostaria, em primeiro lugar, de lhes dar precisamente as boas vindas e quando vi este ponto de trabalho eu achei que era oportuno falar aqui sobre dois temas que eu acho importante. Um que tem causado algumas dúvidas e como tem a ver com o Conselho Diretivo, achei por bem explica-lo aqui, que tem a ver com as despesas de deslocação e as despesas que podem apresentar no âmbito do vosso trabalho na Assembleia Representativa e esclarecer que a comissão de remunerações que hoje vai ser eleita não*



[Handwritten signatures and initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

vai tratar da parte relacionada com as deslocações. Apenas com a parte referente às remunerações de todos os órgãos, incluindo a Assembleia Representativa e, portanto, as senhas de presença da Assembleia Representativa .-----

----- (...)-----

----- As outras matérias relacionadas com despesas de deslocação são da competência do Conselho Diretivo e por isso mesmo deliberámos, já em Conselho Diretivo, os limites que estavam estipulados, em que nos foi enviado para todos uma nota interna com a informação sobre esta matéria e por isso mesmo é essa que está em vigor, é essa que se aplica. Depois surgiram algumas dúvidas sobre as refeições, o limite das refeições, a dormida, quando é que se justifica, quando é que não se justifica.--

----- (...)-----

----- Temos que ter um critério de razoabilidade e bom senso na gestão destas matérias e por isso mesmo aquilo que for apresentado também será avaliado nos mesmos termos e, portanto, eu não creio que haja excessos ou vá haver excessos. Eu peço-vos a maior razoabilidade na gestão disso e nós faremos exatamente o mesmo. Portanto, é perfeitamente legítimo que alcem aqui perto no dia da assembleia, jantar justifica-se se terminar tarde... Portanto, são estes critérios de razoabilidade que não os vamos definir hora a hora, mas que são do bom senso de todos nós e por isso estas são as regras que vão vigorar. As outras estão definidas na própria nota interna. Os limites estão definidos na própria nota interna, com as limitações que lá estão definidas. Eu sei que por vezes são bastante limitativas do ponto de vista de cobrir as despesas que tiveram nas vossas deslocações, mas todos temos que ser aqui prudentes na aceitação dos gastos da instituição, porque é uma instituição que vive das suas quotas e das quotas dos seus membros e por isso mesmo entendemos que os valores que estão definidos são razoáveis, ainda que não incluam portagens e ainda que não incluam os estacionamento. E, por isso, sobre este ponto de vista eu não sei se há mais alguma questão que queiram esclarecer e para isso estejam à vontade para o fazer, porque, efetivamente, neste princípio de trabalhos há, por vezes, dúvidas e não há nada como as vermos esclarecidas. Depois eu gostaria também de partilhar convosco aqui uma preocupação que temos em relação à vossa comunicação com os membros e ao vosso papel como assembleia de representantes. Como assembleia de representantes que são e órgãos desta instituição, têm responsabilidades. Responsabilidades também de salvaguardar e de cumprir a legalidade a que estamos sujeitos enquanto instituição e, por isso mesmo, levantou-se uma preocupação há uns tempos atrás de um elemento da Assembleia Representativa enviou emails para os membros do seu distrito e enviou emails sem ser por via da Ordem. Isso tem que ter algum cuidado naquilo que é a execução prática desse procedimento. O que vamos fazer brevemente e sendo uma das propostas que também está num dos Regimentos, eu não sei se está nos dois, de criação de um email específico para cada representante e vindo a ser aprovado, é isso que a direção vai promover. A criação de um email para todos os membros da Assembleia Representativa que será divulgado no nosso site e que todos os membros do distrito se poderão comunicar diretamente com os representantes. Agora o problema maior é com a informação inversa. É com o contacto dos representantes para os membros e esse contacto tem que ser sempre via Ordem, porque entretanto chegaram-nos reclamações de contacto e de que não tinham autorizado a Ordem a facultar os seus dados. Não se esqueçam que estamos também no âmbito de umas alterações significativas do ponto de vista da proteção de dados e a



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

proteção de dados são matérias sérias e depois quem é lesada é a Ordem e os processos vêm para cima da Ordem. Portanto, muito cuidado com essas situações do contacto com os membros dos vossos círculos. Isso é saudável, é pacífico, mas tem que ser feito via Ordem. Portanto, remetem-nos um email a dizer, "Eu quero que este email chegue aos membros do distrito", e nós assim o faremos em nome do representante que assim o quiser. De preferência que seja sempre, também, em consonância com os outros representantes do distrito e isso partirá, obviamente, daquilo que forem fazendo.-----

*----- (...) -----
----- E começando aqui um pouco a falar do vosso trabalho como representantes... (...) chegaram aqui dois pedidos para haver um ponto ou uma discussão de pontos de trabalho sobre esta mesma assembleia previamente com os membros dos círculos. Chegou uma do Porto, do Paulo Anjos, na sexta-feira passada e chegou outra do Bruno Pereira de Lisboa na segunda-feira, mas as reuniões livres já eram na terça e a proposta que quer um, quer outro fazia vinham no sentido de se encontrarem com todos os membros do círculo, que assim o entendessem estar, a seguir às reuniões livres para poderem debater estes assuntos. Eu acho isso muitíssimo bem e acho que devem ser feitos para os próximos pontos de trabalho e para as próximas assembleias.*-----

*----- (...) -----
----- De sexta para terça ou de segunda para terça não era possível fazê-lo, não é só pelos membros e por eles estarem avisados para estarem nas reuniões livres. Acima de tudo o não existir tempo foi para que os representantes de todas as listas fossem avisados para poderem estar presentes, sob pena depois de uns poderem estar presentes e outros não e, portanto, com a devida antecedência, fica, desde já, a sugestão aos membros da Assembleia Representativa para que antes das próximas reuniões que o façam com antecedência, porque acho que esse é um ponto muitíssimo importante de diálogo e de inter-relacionamento com os membros dos círculos eleitorais e tudo preparado devidamente eu penso que é um ponto que devem até manter com alguma regularidade e que a direcção estará aqui para disponibilizar e fazer chegar toda a informação possível para que tudo isso se concretize de forma ágil e por isso eram estes pontos só que eu queria tratar previamente antes de passarmos aos restantes."*-----

----- No período de Intervenções dos Representantes da Assembleia houve 4 intervenções:-----

----- Bruno José Quelhas Henriques Pereira, CC 80682, questionou a Sra. Bastonária sobre a comparticipação da despesa de estacionamento em reuniões se sugeriu que fosse disponibilizado, nas Reuniões Livres, tempo para intervenção dos Representantes "para que nós possamos esclarecer os contabilistas".-----

---- Domingos Queirós Martins, CC 2596, levantou a seguinte questão: "É sabido que em Viana do Castelo a Ordem não tem representação. Como é que vão ser promovidas as reuniões com os eleitores de Viana do Castelo?"-----

----- A Sra. Bastonária, sobre a primeira questão do estacionamento, esclareceu que o critério de decisão do Conselho Diretivo foi de exclusão desta despesa embora tenha dito que "É possível que num futuro, depois de termos tudo equilibrado, como gostaríamos, os critérios possam mudar e ser mais abrangentes, mas para já a decisão foi esta e abrange todos." Informou ainda que estão a negociar soluções alternativas.-----



[Handwritten signatures and initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

----- Sobre o pedido de tempo destinado a intervenções de Representantes em Reuniões Livres, a Sra. Bastonária concordou com o pedido referindo que: *"quando quiserem juntar e dizer que estão disponíveis para se juntar com os membros para falar de assuntos relacionados com a Assembleia Representativa e com aquilo que querem auscultar aos membros do seu círculo, avisem, nós... nós enviamos uma mensagem para todos os membros da região a dizer que os representantes estarão disponíveis depois das reuniões livres, no mesmo local e o local será alugado ou aumentado o seu tempo de duração para também ter em conta essa situação."*-----

----- No que concerne com a pergunta relacionada com o Circulo Eleitoral de Viana do Castelo, a Sra. Bastonária referiu que, muito embora não exista uma delegação, estão a ser operacionalizadas as Reuniões Livres no distrito e podem efetuar os contatos com os CC do distrito na mesma altura.-----

----- Luís Miguel de Carvalho Medeiros, CC 87684, questionou a Sra. Bastonária se prevê a criação de uma delegação em Beja.-----

----- A Sra. Bastonária compreendeu os argumentos apresentados e mostrou-se sensível aos mesmos, informando que a Direção tem como objetivo ter delegações noutros locais.-----

----- Rui Manuel Gertrudes Herdadinha, CC 83733 referiu que já não existem listas nem grupos e apenas Representantes eleitos que representam todos os contabilistas certificados.-----

----- A Sra. Bastonária reforçou o conteúdo da intervenção anterior.-----

----- No **ponto 2**, Ordem do dia, foi discutido e deliberado o seguinte:-----

----- g) Leitura e votação da ata da reunião anterior.-----

----- O Presidente da Mesa questionou o João Correia Colaço CC 16, que presidiu à primeira reunião desta Assembleia Representativa, qual a ata que pretendia colocar a votação: a primeira que foi anexada à Convocatória ou a segunda distribuída no início desta reunião. Foi solicitado que fosse colocada a votação a segunda Ata.-----

----- Foi dispensada a leitura da Ata, por proposta da Maria Margarida Leal Gonçalves da Silva CC 29616 que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Foi votada a Ata da reunião anterior com 83 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções.-----

----- h) Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas 2017. -----

----- No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa deu a palavra à Sra. Bastonária. -----

----- A Sra. Bastonária fez a seguinte intervenção:-----

----- *"Muito boa tarde, novamente. Vamos então agora olhar um bocadinho aqui para o relatório e contas, que é um dos pontos que vimos aprovar, quer a aplicação de resultados, quer as contas do exercício de 2017. Como sabemos, estes órgãos que foram empossados no dia 5 de março não são os responsáveis pelas contas de 2017, mas já nos cabe a nós apresentá-los e, portanto, é isso que faremos aqui em relação ao fecho que entretanto já foi feito pelos presentes órgãos. Sobre o relatório e contas, como sabem, é uma obrigação que vem do próprio artigo 54.º do Estatuto da Ordem e gostaria de vos referir em termos de número de membros da Ordem que, no fundo, estão refletidos depois em termos de todos os gastos e rendimentos que foram tidos em termos de contas. Nós temos atualmente 70.443 membros, divididos entre 37.121 mulheres e 33.322 homens. Portanto, claramente as mulheres estão em maioria ainda aqui na nossa profissão. Eu diria que estão mais em número do que propriamente em cargos de execução prática dos cargos de*



[Handwritten signatures in blue ink]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

contabilidade em que continuam a existir mais homens no exercício efetivo da profissão. Depois dizer-vos os principais acontecimentos. Como vos estava a dizer, não é efetivamente... Não foi da competência deste Conselho Diretivo todas estas ações, mas não deixam de ser ações de todos nós, de todos os contabilistas da nossa instituição e, por isso, vamos aqui só passar alguns dos principais acontecimentos que decorreram durante o ano 2017. E, por isso, houve normalmente e os procedimentos normais, das cerimónias de entrega dos certificados dos novos membros. Houve também o encontro da história da contabilidade. Houve a disponibilização em março da coleção essencial que também já foi feita este ano e que foi a primeira vez que a Ordem o fez, que envolveu claramente um gasto em que o recurso, embora dirigido aos membros, significa que aumentou alguns custos relacionados com aquilo que estava previamente previsto. Temos a conferência do SNCAP em Leiria, a aprovação de contas que foi feita do relatório e contas de 2016 e outros acontecimentos, eu não vou ser pormenorizada aqui, apesar de até termos tempo, para referir tudo aquilo que decorreu durante o ano de 2017. Apenas vos dizer que a Ordem, apesar de estar num período de transição e de estar com as eleições marcadas e claramente denotar um período de mudança para a instituição, manteve e deu cumprimento a tudo aquilo que poderia ter feito e fez a nível da relação com os seus membros. Agora, a nível da atuação interna da Ordem, que tem a ligação direta com os membros. Queremos salientar aqui os serviços internos da Ordem que apoiam diretamente os membros, nomeadamente o departamento de consultadoria, o departamento jurídico e outros departamentos que personalizadamente e pessoalmente todos os dias interagem com os membros e que têm atendimentos de número muito elevado. O nosso departamento técnico tem um atendimento telefónico que ascende 17.606 chamadas por ano, tem um atendimento presencial, aqui, todos os dias, na sede, e que ascendeu no ano de 2017 a 502 atendimentos presenciais e questões escritas, respondeu, em termos de pareceres técnicos, a 7.285 questões, entre outras coisas que foram a elaboração de artigos, parcerias internas para o departamento disciplinar, etc.. Eu lembro que esta situação é das importantes na relação dos membros com a Ordem e que é algo indispensável e que também será mantido. Também do ponto de vista da nossa relação com o exterior, o departamento técnico tem uma importância enorme, nomeadamente naquilo que é elaboração de artigos e a sua presença nos média que nos permite também demonstrar que os contabilistas estão ativos na sociedade. Depois, em termos de formação contínua, estes números são também números que são sempre de olharmos e perdermos uns minutinhos a olhar para eles. Este ano queremos elevar muito estes números, mas apesar de o ano 2017 ter sido um ano atípico, um ano de eleições, um ano em que houve alguma instabilidade, apesar de tudo, os números são significativos. Tivemos 112.419 membros em formação durante o ano e, portanto, aqui promove e provoca tudo aquilo que é o ideal na nossa profissão, que é a interligação da Ordem com os seus membros. Também do ponto de vista do apoio social aos membros, ele não deixou de acontecer durante o ano 2017 e foram auxiliados 28 membros que estavam em dificuldades financeiras e que a Ordem compensou e lhes atribuiu um tipo de rendimento. Em relação a outras situações de apoio direto aos membros, temos aqui um quadro que reflete, no fundo, o retorno de tudo aquilo que gratuitamente, em retorno da quota paga pelos membros, a Ordem fez durante o ano 2017 e aquilo que temos são rubricas que são extremamente importantes para nós, como profissionais. Temos a questão do seguro de responsabilidade civil, que é algo que apesar de não ter as condições que



[Handwritten signatures and initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

seriam desejáveis, é aquilo que se conseguiu ter para o ano 2017 e inclui um valor ou projeta um valor de... Teve um valor, um custo de € 692.221,00 (seiscentos e noventa e dois mil duzentos e vinte e um euros), portanto, é um custo avultado, que representa o esforço a Ordem faz para ter este seguro gratuitamente para todos os membros. Também o seguro de saúde para os Contabilistas Certificados tem um valor extremamente elevado de retorno e apenas para garantir alguns problemas para os contabilistas. Depois temos outros... Outras ferramentas que nos dizem diretamente respeito e que são tudo situações que a Ordem vai reforçar e vai ter cada vez mais destas situações, do ponto de vista do retorno que tem para os seus membros. Temos o SICC, antigo SITOC, que, no fundo, é a base de dados que nos permite assegurar que diariamente acompanhámos toda a legislação fiscal e que conseguimos fazer a consulta de todos os Códigos, a Revista Contabilista... A revista contabilidade e gestão, a revista do IDEFF, o fundo de pensões, reuniões livres gratuitas ao longo de todo o país, que é uma ferramenta importantíssima para todos nós. Não sendo uma formação normal, eu diria que para os contabilistas será uma das ferramentas que ninguém querará com certeza, dispensar e durante o ano 2017 decorreram com normalidade, o fundo de solidariedade social, consultório técnico e jurídico e também as representações que estão dirigidas diretamente para os membros. Tudo isto em termos do valor da quota representa um retorno de € 4,80 (quatro euros e oitenta centimos) mensais. O que é que isto significa? Significa que da quota que os membros pagam, têm diretamente um serviço gratuito atribuído em troca dessa mesma quota que ascende a este montante. Tudo isto para nós, no futuro, será algo a reforçar e a tornar que este valor seja cada vez mais expressivo naquilo que é o retorno do valor das quotas aos próprios membros. Também no ano de 2017 mantiveram-se todas as atuações a nível das nossas representações internacionais. As representações internacionais é algo que uma Ordem, como a nossa, e por uma questão de dignificação, se deve manter e temos muito orgulho em estar presentes em vários boards e grupos de trabalho destas instituições, sendo sempre a presença portuguesa tida como uma presença de relevância e com contributos técnicos muito... De muita elevada contribuição. A nível dos grupos de trabalho, em relação a 2017, existiram várias comissões. Eu vou começar pelas últimas, que foram as últimas que existiram e que foram comissões eventuais que elaboraram o estudo de propostas de legislação fiscal e contabilística e a comissão eventual de avaliação dos prazos fiscais. Estas duas comissões trabalharam no sentido de promover medidas para se propor à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. O trabalho ficou concluído e foi apresentado atempadamente à Secretaria de Estado. Não foi... Ainda não houve evolução... Muita evolução... Até agora, até à presente data. Estamos agora a pegar nisto e vai ser um ponto que levaremos até ao fim durante este ano 2018, mas não deixa de ter dado início... Todo o trabalho e as comissões que foram feitas, ainda durante o ano de 2017. Depois temos as várias comissões que estavam já instituídas e que algumas delas de eventuais, outras permanentes, que fazem determinados acompanhamentos em relação àquilo que é necessário na nossa instituição e por isso temos a comissão de controlo de qualidade, a comissão de história da contabilidade, gabinete estudo e júri de exame, que se mantiveram ativos durante o ano 2017. Tivemos também a comissão eventual de acompanhamento e verificação da formação equiparada e da renovação dos protocolos de dispensa de estágio. Eu lembro que agora... E neste preciso momento... Todas estas comissões para 2018 estão suspensas e só começarão quando houver condições para isso e nas novas condições propostas



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

e que vão de encontro à nova forma de agir deste Conselho Diretivo. Contratação pública. Outro tema muito importante na nossa instituição e que do ponto de vista do ano 2017 aquilo que temos é efetivamente o concurso de seis concursos públicos e cento e sessenta e três ajustes diretos. Houve uma diminuição considerável em 2017 e porque é que houve esta diminuição considerável? Precisamente pela situação de haver um processo eleitoral que estava e que iria a decorrer e o anterior Conselho Diretivo não quis avançar com muitos dos projetos novos que poderiam existir e, portanto, houve uma diminuição considerável daquilo que foi a contratação e os novos serviços que existiram durante o ano de 2017, aliás, o que levou a uma redução considerável dos gastos em 2017. Do ponto de vista da contratação pública e apesar de terem sido menos aquilo que foi contratualizado em 2017, não deixou de haver uma poupança significativa. A contratação pública, como sabem, é bom e é mau. Tem muitos problemas do ponto de vista da sua operacionalidade, mas sem dúvida que para as instituições públicas e para a instituição como a nossa, garante, obviamente alguma transparência e por isso mesmo e para além da transparência tem depois ainda o resultado que ainda é mais satisfatório para quem está na gestão destes órgãos, que é a poupança que vem de um processo de ajuste direto ou de contratação pública que leva à consulta de, pelo menos, três entidades. O que significa que nestes casos, para além da transparência também se verifica que um dos grandes benefícios é, efetivamente, a poupança que se veio a verificar em 2017 de € 1.000.000,00 (um milhão de euros). Aqui estão as principais reduções que existiu, em termos de custo, por causa dessas mesmas contratações públicas ou ajuste direto, em que, por exemplo, o valor da impressão por revista reduziu cerca de 26%. O seguro de responsabilidade civil dos órgãos diminuiu 73%. Os custos de telecomunicações móveis reduziram 55%. O serviço de hospedeira e de apoio às ações de formações desceram 13,5% e as impressões de manuais de formação conseguiram baixar 24%. Portanto, a parte boa da contratação pública, para além de todo o custo administrativo que tem, também é este retorno... No fundo, a poupança que traz a uma instituição para além daquilo que é o seu verdadeiro papel que é a questão da transparência e por isso temos aqui vários indicadores em conjunto que refletem um pouco aquilo que aconteceu durante o ano 2017. Tivemos o tal retorno mensal dos € 4,80 (quatro euros e oitenta cêntimos). Em termos de acesso à nossa instituição, são muitos. Cada vez que a Ordem mexe com alguma coisa, mexe com muitos colegas, mexe com muita gente, mexe com muitas mensagens, porque nós somos setenta mil e qualquer coisa membros. Não chegamos aos setenta e um... Eu costumo dizer, arredondadamente setenta e um mil. O que significa que houve três milhões duzentos e trinta e seis mil setecentos e sessenta e quatro acessos à Ordem. Também a nível dos média tivemos duas mil quinhentas e duas referências à Ordem durante todo o ano. A nível de formação, como viram e já falámos, tivemos uma participação bastante significativa no ano 2017, cento e doze mil quatrocentos e dezanove membros a participarem na formação. A nível de esclarecimentos técnicos, dezoito mil cento e oito, e a tal poupança da contratação pública que eu diria que é dos pontos também mais relevantes de € 1.000.000,00 (um milhão de euros). A nível dos recursos humanos a Ordem tinha e terminou 2017 com cento e vinte trabalhadores a funcionarem para servir os membros em todo o país. A maioria está concentrada aqui na sede, mas temos também as delegações com colaboradores contratados e, portanto, que são colaboradores dependentes da Ordem. Os serviços da Ordem estão definidos e distribuídos da forma que têm aí também no vosso livro onde está o relatório e contas e distribui-se



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

dessa forma. Vamos agora olhar um pouco para as contas, para aquilo que efetivamente vêm aprovar depois de vos dar algumas informações gerais sobre aquilo que é a instituição, o que é que a instituição faz. Uma das coisas que eu me apercebi ao longo da campanha em todo o país, é que a maioria parte dos membros não tem muita perceção sobre o que é que a Ordem faz. Não tem muita perceção de todos os serviços que são feitos nesta Ordem, tudo aquilo que se faz para ajudar os membros e por isso mesmo esta informação prévia serve exatamente para isso. Para vos trazer a informação que... O que é que a Ordem faz, o que é que a Ordem é. Durante este ano 2018 tentaremos ser muito mais ativos a passar esta informação para que não se volte a ouvir dizer no país que não sabem o que é que a Ordem a faz e, portanto, isso é fundamental. Vamos então agora às contas e àquilo que é efetivamente o que vamos aprovar e aquilo que aconteceu durante o ano de 2017. Eu posso-vos dizer que a Ordem tem uma solvabilidade de 1.14 e uma autonomia financeira de 53,4%, o que significa que em termos de parâmetros são muitíssimo estáveis e elevados. Eu digo-vos uma coisa que gostava de partilhar convosco. Eu nunca estive muito dentro dos assuntos das contas da Ordem. A minha área, naquilo que participei no passado da Ordem, foi muito mais técnico do que propriamente relacionado com a parte financeira da Ordem e, portanto, eu nunca conheci diretamente e por dentro aquilo que eram as contas da Ordem, tirando a que era pública e oficial e, mesmo essa, confesso que não lhe dava muita atenção. O meu foco era outro, eram questões contabilísticas e fiscais, mas não diretamente da situação da Ordem... E por isso desde que tomámos posse eu tive que olhar para esta matéria de outra forma muito mais aprofundadamente, para olhar para as contas, até porque era uma preocupação que tínhamos, que era muita da informação que vinha a público e que se ouvia falar era muita informação negativa sobre a sustentabilidade das contas da Ordem. Inclusivamente num debate com vários candidatos, eu fui questionada sobre isso e foi-me dito que não havia dinheiro para pagar os ordenados no final do mês. Eu não estava dentro das contas da Ordem, eu não sabia e, portanto, uma das preocupações que tinha também quando assumi estas funções era perceber como é que íamos... E passou a ser um dos pontos também do nosso programa, a autossustentabilidade da nossa instituição e que é uma grande preocupação destes órgãos. Mas devo-vos dizer que gosto... E é uma área que eu gosto muito, a análise financeira, a análise aprofundada dos dados das instituições e das empresas... E quando comecei a olhar para as nossas contas eu fiquei agradavelmente surpreendida. Afinal, realmente a Ordem teve uns percalços a nível de tesouraria, teve uns problemas a nível de gestão dessa mesma tesouraria, mas do ponto de vista das suas contas em gerais, a Ordem é estável, tem uma estrutura estável e tem, aquilo que eu chamo, uma posição financeira forte e consolidada e é isto que eu tenho, em termos de interpretação, para vos transmitir. Do ponto de vista da própria Ordem e das variações entre os rendimentos gastos e resultados do período, temos um resultado bastante elevado. Não se reflete, obviamente, a nível da tesouraria, porque como vos disse, apesar de tudo, a tesouraria passou por momentos mais difíceis. É verdade. Neste momento eu posso-vos dizer e é uma das boas notícias que vos trago também hoje, é que os problemas de tesouraria estão perfeitamente consolidados, ultrapassados e, portanto, temos já garantido a sua sustentabilidade até ao final do ano. Mas isso vemos na parte do plano de atividades. O que é que temos em termos de rendimentos em relação ao ano 2017? ... Tivemos dezasseis milhões quinhentos e sessenta e cinco de rendimentos e quinze milhões setecentos e sessenta e cinco de gastos, o que originou um resultado positivo de setecentos e



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

noventa e nove mil quatrocentos e trinta e oito euros. O que é que isto significa? Significa um resultado muito elevado para uma entidade que efetivamente representa e representou, no final do ano de 2017, não podemos deixar de o frisar, algumas dificuldades do ponto de vista financeiro, do ponto de vista de tesouraria, mas que, como o resultado elevado como este se deve obviamente a esta diferença entre as disponibilidades de tesouraria e como só nós contabilistas compreendemos... Há... Ao investimento que foi feito e às depreciações que estão a ser feitas, que não correspondem aos gastos diretos e, consequentemente, não temos dinheiro, mas temos um grande resultado. Agora já temos dinheiro. Essas são as boas notícias que vos darei daqui a pouco. Mas, entretanto, em termos de resultados, não podemos deixar de dizer que a nossa instituição apresentou um resultado muito razoável. Fruto, obviamente, de um esforço que foi feito durante o ano 2017, porque já havia a transição para este período eleitoral e não posso deixar de fazer uma referência à nossa Bastonária Filomena Moreira pelo esforço que fez durante o ano de 2017 para que tudo isto fosse possível, apertando muito as contas, apertando muito os gastos e que eu não tenho dúvida que a ela se deveu o resultado a que chegámos e que estamos a conseguir agora ter em 2018 e por isso, da minha parte, muito obrigada e creio que todos os membros, que depois de analisarem estas contas, não terão dúvidas em fazê-lo também. Só para chamar-aqui uma atenção e também fazer uma referência ao passado da instituição e também aí me devo penitenciar porque também eu fui crítica de Domingos Azevedo e do passado da instituição quando se falavam dos investimentos e da questão da gestão dos gastos da Ordem... E, mais um vez, a primeira vez que me debrucei profundamente sobre as contas da Ordem e aquilo que eu verifico é que efetivamente nós temos contas sólidas e temos um passado que nos trouxe um património que nos devemos orgulhar. Esse património é de todos nós. Se o dinheiro estivesse no banco não valeria nada. Se hoje em dia temos cerca de trinta milhões de ativos fixos tangíveis relacionados com imóveis. Estes trinta milhões estão... Obviamente é o valor contabilístico, que é vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e cinco, portanto, está subavaliada em relação à realidade. O que significa que os contabilistas têm um património que lhes proporciona este bem-estar de estarmos aqui neste auditório e de estar... Termos delegações a nível de todo o país, como ouvimos o colega de Beja a dizer que não têm lá uma delegação e os outros dos outros sítios não o dizem porque a têm, porque se não a tivessem se calhar também diziam... E as pessoas esquecem-se daquilo que têm muitas vezes... E, por isso, eu gostaria aqui de fazer uma referência ao passado da instituição que nos deixou este legado, que vos digo, que analisando as contas verdadeiramente e profundamente, só podemos estar agradecidos de tudo isto que nos foi deixado, conservá-lo, mantê-lo e melhorá-lo... E, por isso mesmo, o que temos em termos práticos é este grande património que contabilisticamente tem um valor de trinta milhões, mas na realidade valerá muito mais e isto tudo pertence a quem? A todos nós contabilistas. Está lá. Se um dia o precisarmos, se um dia precisarmos de o reverter a nosso favor, está lá. Depois temos a questão dos financeiras/equilíbrio de investimento e eu diria que o que nós temos aqui é efetivamente para um investimento de... Dos trinta milhões que temos de ativo fixo tangível relacionado com imobilizado, com imóveis, desculpem, um financiamento de cerca de oito milhões, que vai ser amortizado uma parte referente àquilo que temos, os pagamentos, neste próximo ano e que no próximo ano os investimentos, o financiamento relacionado com este investimento de longo prazo fica apenas em sete milhões trezentos e três. Portanto, para um património de trinta milhões,



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

não me parece que esteja desequilibrada esta situação. Temos muito financiamento feito com capitais próprios da instituição, das nossas quotas, de todos nós e, em resultado, temos o património que também nos pertence e que será de todos nós. Temos também dívidas de curto prazo e estas é onde assenta, obviamente, a preocupação de qualquer gestão, que é fazer face às necessidades de tesouraria, nomeadamente agora no ano de 2018, para fazer face a estas situações... E em 31/12/2017 a situação que tínhamos era esta. Tínhamos contas caucionadas e tínhamos depois os empréstimos relacionados com os investimentos que foram feitos. As contas caucionadas, é algo que nos preocupa sempre. Eu costumo dizer a um cliente meu, quando entra em contas caucionadas que o seu fim está à vista, excepto se for por uma razão muito válida para financiar ou um projeto comunitário que tenha financiamento e que esteja a vir ou então, se é para gestão corrente, estamos mal e as empresas têm pernas curtas e por isso também me preocupava aqui as verbas que via aparecer na nossa Ordem, nas contas da nossa Ordem. Eu percebi com esta análise intensa que fiz que muitas destas contas caucionadas, embora tenham sido utilizadas para contas correntes, deveram-se em muito, também, às necessidades, para as obras correntes que foram existindo para todos estes últimos investimentos que fizemos. Mas posso-vos dizer que será a boa notícia que darei na parte do plano, mas que não resisto a também dá-la já, que das contas caucionadas de um milhão e oitocentos, a Ordem, até hoje, 27 de abril, já conseguiu amortizar setecentos e quarenta e seis mil e esta direção vai amortizar um milhão e oitocentos até ao final do ano, não tenham dúvidas que o nosso primeiro e grande objetivo e por isso eu gostava de partilhar convosco porque acho que é a melhor notícia também que podemos trazer em termos de contas. A gestão de tesouraria e o equilíbrio da tesouraria vai estar completamente resolvido e garantido e as contas caucionadas completamente pagas até ao final do ano 2018. Do ponto de vista dos fluxos de caixa, era aqui que tínhamos e que se reflete a maioria preocupação que existia no final de 2017. Portanto, acabou-se o ano 2016 com 69.465,00€ nas contas bancárias, pois não dão para sustentar uma instituição destas com custos correntes muito mais elevados, com colaboradores que têm custos elevados, porque têm uma estrutura de alguma forma pesada, para dar resposta a tudo aquilo que é o retorno aos próprios membros. Mas 2017 já terminou não muito melhor, mas um bocadinho melhor, com cento e vinte e cinco mil novecentos e trinta e seis em depósitos à ordem e caixa. O que significa que ainda estava longe de estar equilibrada a situação financeira, mas já apontava alguns sinais para aquilo que foi a nossa recuperação desde que tomámos posse e que nos possibilitou... Porque se não tivesse sido feito o trabalho pela anterior Bastonária durante o ano 2017, também não conseguiríamos, aquilo que eu chamo milagre, o que estamos a conseguir agora em 2018. Do ponto de vista da informação económica, isto é um quadro relativo eu não me vou dedicar muito a ele. Todos somos contabilistas e sabemos ler o que é que são as nossas vendas, prestações de serviço e reversões. Os nossos réditos estão divididos desta forma e outros rendimentos. Em termos de gastos a sua divisão também é desta forma. Eu não me vou fixar muito em nenhuma destas situações. Fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e tivemos uma grande novidade também nas contas deste ano que foi aquilo que se prende com uma promessa eleitoral e que vai ser um garante das nossas próximas contas, que é a transparência que queremos transmitir, não fizemos tudo, nem colocámos toda a informação que gostaríamos. Gostaríamos de pôr muito mais informação relativamente a fornecedores. Informação mais transparente que tirasse todas as dúvidas daquilo que possa criar



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten initials or mark.

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

ruído nas instituições. O nosso grande objetivo é que não exista ruído, mas foi o possível face à forma como foi tratado e como temos tratado os centros de custo referente ao ano 2017, sendo que em 2018 já estamos a trabalhar para ter muito mais informação disponível para todos os colegas... E o que temos aqui são os custos dos órgãos sociais. Foi a primeira informação que não podíamos deixar de partilhar e que será partilhada a partir de agora... Sempre em todas as prestações de contas que fizermos. Inclusivamente nas prestações de contas trimestrais, que vamos começar a fazer na próxima semana, a primeira do primeiro trimestre, já... Existirão já estas contas referente ao primeiro trimestre do ano de 2013... 2018. Em relação aos outros gastos, também nada me traz aqui referir nenhuma das situações que aqui estão. Aqui algumas referências apenas a critérios que mudaram um pouco em referência ao ano passado, nomeadamente o critério de imparidade. Aqui alterou-se o critério de imparidade porque não estavam a ser criadas imparidades para as dívidas com mais de seis meses e menos de doze meses. No fundo, é o critério também fiscal e que tem a ver com a possibilidade que temos de recuperar estes créditos de forma... Considerando-os em atraso, nomeadamente com questões relacionadas com o seguro, etc., e, por isso, diminuiu-se um pouco os meses relacionados com imparidade e, por isso, originou aqui uma mudança de critério. Também em referência aos processos judiciais em curso, foi constituída a respectiva provisão, houve reversões e houve aumentos. Do ponto de vista ainda aqui de uma questão que vão aparecer nas vossas contas e gostaria só de deixar uma referência, que tem a ver com as correções de exercícios anteriores. Também deram conta que há uma correção de exercício anterior, em que está expressa na parte do relatório no anexo e aquilo que tem que estar nessa expressão foi algo que foi questionado na assembleia do ano passado e que teve a ver com a depreciação do... Da nossa delegação do Porto, em que, no ano 2016, não foi feita a respectiva depreciação porque o edifício ainda não estava completamente acabado, ainda que tenha sido inaugurado em 2016 e entendemos agora que devíamos proceder a essa correção efetuando a depreciação do ano 2016 que não tinha sido feita e, portanto, foi re-expressa. Também chamar-vos à atenção que quer o auditório de Lisboa, quer a nossa delegação do Porto, porque quase toda ela se aplica para este tipo de atividades, seminários, etc., têm uma taxa de depreciação diferente do restante edifício, o que fez com que aqui o valor fosse mais elevado em termos daquilo que era expectável. Por isso, eram estas as informações que vos queria dar sobre o relatório contas que têm na vossa posse. Com certeza que os estudaram profundamente, estarei à disposição para qualquer dúvida, ainda que eu não seja a responsável por estas contas, mas estamos a dar aqui a cara, somos os novos órgãos e, apesar de tudo, eu não estou preocupada com a informação que vos estou a prestar. Obviamente que no final do ano ainda não era a desejável, mas estes... Este mês e três semanas/quatro semanas de exercício de funções, já nos deu para perceber que o que vinha do passado nos torna sustentável o futuro e que, com uma boa gestão de recursos equilibrados, que é o que nós sabemos fazer, vamos ter uma vida e um futuro para a Ordem muito mais risonho, mas que passará para ser na parte do plano de atividades. Aqui eu queria-vos só dizer que aquilo que vos proponho para aprovarem é um resultado líquido, de valor positivo de 799.437,76 € e o Conselho Diretivo propõe à Assembleia Representativa que seja aplicado da seguinte forma: que seja aprovado o relatório contas e que seja efetuada a seguinte aplicação de resultados: 483.512,75 € para a conta de fundos, 233.646,53 € para a conta de resultados transitados e 82.278,48 € para o fundo de solidariedade social... E, por isso, aqui fica a nossa apresentação.



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

Agradecemos e reconhecemos todo o trabalho que foi feito, quer pelos colaboradores da Ordem, quer pelos anteriores órgãos e que permitiram ter estes resultados e todos os colaboradores, quer internos e quer externos, que nos permitiram alcançar estes resultados ainda que não seja da minha responsabilidade direta. Muito obrigada e agora eu passo a palavra ao Conselho fiscal."-----

---- No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal.-----

----- O Presidente do Conselho Fiscal Mário Guimarães teve a seguinte intervenção:-----

----- "Então boa tarde a todos. Na pessoa do Prof. João Carvalho, eu cumprimento todos os membros na mesa. Na pessoa da Sra. Bastonária, a Dra. Paula Franco, eu cumprimento todos os membros do Conselho Diretivo. Na pessoa do Sr. Armando Marques, eu cumprimento também todos os membros presentes do Conselho jurisdicional. Caros colegas representantes, todos os membros presentes, obrigado pela vossa presença. Nós tomámos posse em... Na mesma altura que os demais órgãos sociais, portanto, no dia 5 de março e tivemos que fazer o nosso trabalho, a nossa atividade de acordo com as competências que estão definidas no artigo 62.º do Estatuto da Ordem. Em termos resumidos, emitimos um relatório da nossa atividade e também um relatório do Conselho fiscal, o parecer do Conselho fiscal. Relativamente à questão do relatório de atividades, nós dividimos em nove pontos, quebrando um bocado também com aquele modelo que vinha sendo seguido desde há muitos anos pelo Conselho fiscal anterior e tentámos aproximar o nosso relatório daquilo que são as melhores práticas a nível do corporate governance das sociedades cotadas. Sendo assim, poderão verificar, julgo na página cento e cinco, a partir da página cento e cinco, poderão seguir a apresentação. O relatório tem, de atividades, tem uma introdução e um âmbito. Tem a questão do início de funções do Conselho fiscal para o quadriénio 2018 a 2021. Quais foram os procedimentos desenvolvidos pelo Conselho fiscal eleito relativamente ao quadriénio anterior. As questões relacionadas com a comunicação com os auditores, responsáveis pela revisão legal de contas. Os aspetos relacionados com a certificação legal das contas. Também a parte relacionada com a execução do plano de atividades e orçamento do período de 2017, que também é uma das competências do Conselho fiscal... E também a emissão do parecer sobre o plano de atividades e orçamento para o período de 2018. Incluímos também um capítulo no nosso relatório de atividades relativamente a outros procedimentos que foram sendo executados neste curto espaço de tempo. Por último, efetuámos recomendações para serem tidas em contas pelo Conselho Diretivo. No que diz respeito à parte da introdução e âmbito, portanto, como já disse, tomei posse... Tomámos posse, o Conselho fiscal, em 5 de março de 2018 e tivemos uma preocupação em tentar definir a nossa atuação (...) O que está definido no artigo 62.º do Estatuto da Ordem. Como é óbvio, não foi possível, pela tomada de posse já em 2018, proceder a uma ação fiscalizadora relativamente ao período de 1 de Janeiro a 31/12 ou até à nossa tomada de posse tida como eventos subsequentes após a data do balanço. Sendo assim, o que fizemos foi tomar conhecimento dos procedimentos que foram desenvolvidos pelo Conselho fiscal anterior e também preocuparmo-nos com os trabalhos que foram feitos pelos próprios... pelos próprios auditores. Relativamente aos colegas do Conselho fiscal anterior, fizemos a revisão... Que fizeram a revisão das atas do próprio Conselho fiscal. Fizeram a nível de procedimentos, a leitura das atas do Conselho Diretivo. Fizeram uma análise documental à contabilidade. Fizeram a análise dos balancetes analíticos e também das execuções orçamentais de



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

base mensal. (...) Foi elaborado pelo Conselho fiscal anterior, tendo emitido, antes da tomada de posse, um relatório anual de atividade fiscalizadora de 2017, que nós arquivamos e tomámos conta, como é óbvio, e lemos, onde se falam dos procedimentos que foram pelo órgão anterior levados... levados a cabo. No que diz respeito à comunicação com o auditor, nós reunimos com os auditores para tentar perceber o âmbito do trabalho, o conhecimento do sistema de controlo interno, o nível de materialidade que foi adoptado nas circunstâncias, perceber quais foram as áreas de risco, de distorção material que foram identificadas pelos auditores, quais foram os procedimentos de auditoria desenvolvidos em cada uma das áreas de risco e também as conclusões que, em cada uma das áreas, foram tidas em consideração. Em resumo, destas reuniões que tivemos, não nos foram comunicadas quaisquer exceções com impacto sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017, nem quaisquer acontecimentos subsequentes que carecessem de eventualmente de uma divulgação ou ajustamento àquelas demonstrações financeiras. Como consequência do exame feito pelos auditores, emitiram a certificação legal das contas que também consta no final da brochura que foi distribuída, a qual contém uma opinião que não foi modificada, portanto, é uma opinião sem reservas e também sem qualquer ênfase. Quanto à execução do plano de atividades e orçamento do período de 2017, a informação incluída no relatório e contas, relativamente a rendimentos e gastos, encontra-se desagregada quanto à sua natureza, apresentando os respetivos desvios face ao orçamentado e a justificações referentes aos principais desvios ocorridos, as quais, no nosso entendimento, nos parecem adequadas. Relativamente ao plano de atividades e orçamento para o período de 2018, não obstante o artigo 62.º do Estatuto não estabelecer a obrigação do Conselho fiscal emitir um parecer sobre o mesmo documento, foi o mesmo solicitado pelo Conselho Diretivo, tendo sendo produzido um documento autónomo que foi datada de 11 de abril. Quanto aos procedimentos que foram específicos, que foram desenvolvidos pelo Conselho fiscal, além daqueles que já foram referidos, procedemos à leitura das atas do Conselho diretivo, procedemos a indagações ao Conselho diretivo e aos responsáveis pela área contabilística, verificação da conformidade das demonstrações financeiras com o SNC-ESNL e aos registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte e também à apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas. Neste particular, eu gostava muito de realçar que a preocupação do Conselho fiscal, deste Conselho fiscal, que estes documentos que são analisados no final do ano sejam, de facto, de grande elevação na forma como eles são apresentados aos membros, porque nós estamos numa casa dos contabilistas, em que... setenta mil contabilistas... E nós temos que ser um exemplo e temos que dar o exemplo e quem vir os documentos que nós apresentamos, é a nossa assinatura, é o nosso cunho que está lá presente, portanto, e nós temos que também ter essa preocupação e o Conselho fiscal está muito preocupado, no sentido positivo, em contribuir positivamente e contribuiu e muito para o facto de o relatório e contas ter a dignidade, mais ainda, a dignidade que já teve em anos anteriores. Só para terem uma ideia, eu não sei se fizeram essa comparação, só, por exemplo, o anexo, tem mais vinte páginas que da outra vez, do ano passado. Portanto, é um documento em aberto, não é um documento fechado. Para o ano vai ser certamente melhor, portanto, o Conselho fiscal vai estar também nesta parte da supervisão atento e também dar os seus contributos para que este documento ainda se torne ainda melhor do que aquele que está a ser... Que foi apresentado. Neste sentido procedemos também, entre outras,



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

recomendações que foram sendo feitas neste curto espaço de tempo em que pudemos colaborar com o Conselho diretivo. Fizemos duas recomendações. Nomeadamente, entendemos, como qualquer organização, de X em X tempo devemos... devemos proceder à atualização do sistema do controlo interno. Entendemos que se deverão rever procedimentos no sentido de, cada vez mais, termos um controlo interno mais efetivo, mais eficiente e que funcione... Funcione melhor. Funcione, não, porque funciona sempre. Dizer também que... Sugerimos também que no plano de atividades e orçamento e também por questões de tempo, que se compreende que também não tenha sido possível ainda incluir ainda estas duas demonstrações financeiras e, como diria, são documentos também... Eu diria que são documentos em aberto... Que seria interessante e do ponto de vista de aumentar a qualidade do relato para os utilizadores, que fosse apresentado também um balanço previsional e uma demonstração dos fluxos de caixa previsional, para além dos documentos que foram... Que serão depois apresentados a seguir. Por isso, face ao exposto e do trabalho que foi desenvolvido pelo Conselho fiscal, entendemos que a Assembleia Representativa deve aprovar os documentos de prestação de contas do período de 2017, tal como foram apresentados pelo Conselho diretivo na pessoa da Sra. Bastonária e também que a proposta de aplicação do resultado, proposta também pela Sra. Bastonária, em nome do Conselho diretivo, também ela seja... Tenha a mesma aprovação. Obrigado."-----

No período de discussão deste ponto, Orlando Manuel Barrocas Roque, CC 27483 em relação às contas questionou porque não foi seguido o Modelo de Revalorização permitido no normativo contabilístico relativamente aos imóveis da Ordem uma vez que, na sua opinião os imóveis valem mais do que aquilo que está na contabilidade refletido.-----

---- Manuel José Benavente Rodrigues, CC 146 colocou 2 questões: a primeira sobre o destino a ser dado às instalações sitas na Avenida General Gago Coutinho; a segunda sobre os custos, adjudicação, escolha da entidade- CEPESE- e pertinência do projeto que engloba dois livros sobre a História da Contabilidade e da Profissão de Contabilista.-----

---- Manuel Vieira de Sousa, CC 4447 referiu-se ao processo eleitoral como atípico e demorado e enalteceu e agradeceu o trabalho desenvolvido durante este período que considera instável, pelas pessoas que estiveram a gerir a Ordem. Em função deste contexto, apelou à votação favorável das contas do ano 2017.-----

---- A Sra. Bastonária respondeu à questão sobre a reavaliação do património imobiliário, referindo que os Órgãos tomaram posse no dia 5 de março de 2018 não tendo sido possível proceder a uma avaliação externa que permitisse determinar o real /justo do valor dos imóveis num curto espaço de tempo. Disse ainda que por se tratar de uma entidade do sector não lucrativo que este procedimentos não é obrigatório. No entanto, entende que é um tema relevante que poderá vir a ser considerado na elaboração das contas de 2018.-----

---No que concerne com o destino das Casas TOC/CC em Lisboa e Porto e apesar de ter sido decidido numa anterior Assembleia Geral, pretende efetuar um estudo de viabilidade económico financeira do projeto, executar uma consulta prévia aos Contabilistas Certificados no sentido de obter sugestões alternativas e depois em função disso, eventualmente fazer um referendo para decidir o destino a dar aos imóveis, embora não seja favorável à alienação do património.-----



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

Relativamente ao tema dos Livros sobre a História da Contabilidade e a História da Ordem, a Sra. Bastonária informou que se trata de uma decisão da anterior Direção que entendeu que o CEPESE era a entidade que oferecia maior confiança, pelo que, a atual Direção vai honrar os compromissos assumidos. -----

----- Rui Manuel Gertrudes Herdadinha CC 83733 é da opinião que se deve aprovar o Relatório e Contas de 2017. Que a atual Direção não teve tempo para fazer todos os ajustamentos ao Balanço, nomeadamente as imparidades relativas às quotas em atraso. Referiu que considera que a Ordem dos Contabilistas Certificados deve ser um exemplo em matéria de prestação de contas e rigor na valorização dos ativos. Entende que o controlo interno que se aplica na OCC se encontra desajustado da realidade.-----

----- Romeu Manuel Almeida de Figueiredo, CC 15249 abordou o tema do TOConline questionando a razão do ativo intangível manter o mesmo valor, no Balanço, nos anos 2016 e 2017.-----

----- Perguntou ainda acerca da quantificação do fundo pensões.-----

----- Bruno José Quelhas Henriques Pereira, CC 80682 começa por felicitar as contas apresentadas por esta Direção e questiona porque é que tendo a OCC, entre outras isentas, uma actividade sujeita (a comercialização do TOConline) não existe sujeição a IRC. Pergunta ainda qual a percentagem de custos que é imputada aos rendimentos sujeitos.-----

----- Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094 começou por cumprimentar os presentes. Mencionou o seu agrado pelas contas apresentarem reexpressões materialmente relevantes. Felicita ainda pela disponibilização no Relatório, da tabela de remunerações, algo que refere ter vindo a sugerir em Assembleias anteriores. Solicita que venham a ser divulgadas trimestralmente os rendimentos pagos aos membros da Assembleia Representativa . -----

----- Constatou o decréscimo de receitas na formação nomeadamente relativas ao tema SNCAP, tema que na Assembleia de Portalegre já tinha considerado que os valores estavam exageradamente elevados. -----

----- No que concerne com as contas caucionadas, constatou o acréscimo no último exercício e mostrasse satisfeito pelo facto desta situação se estar a resolver.-----

----- Refere ainda que se verificou um decréscimo na conta de Fornecimentos e Serviços Externos, motivada pela descida dos encargos com a comunicação social.-----

----- Disse que: *"Existiam a 31 de Dezembro deste ano à volta de vinte e sete mil colegas que deviam quotas à Ordem. Desses vinte e sete mil, catorze mil e tal não estão em imparidades, são dívidas até seis meses. De sete meses até duzentos e cinquenta e dois meses, repito, duzentos e cinquenta e dois meses, estamos a falar de vinte anos... E em duzentos e cinquenta e dois meses, quando o mapa que me foi facultado, há doze... Dezasseis colegas... Dezasseis colegas... São doze mil setecentos e noventa e sete... Dos quais, pelas contas que eu estive mais ou menos a fazer a olho, à volta de cinco mil já estão com imparidades a 100%. Ora, nós na prática, quando reconhecemos uma imparidade a 100%, é porque não há qualquer expectativa de recuperabilidade daquela dívida, certo? E, portanto, tirando um ou outro caso excepcional de alguém que por motivos pessoais, dificuldades financeiras, que se poderá vir a saber ou se sabe, não é? Provavelmente temos aqui pessoas que caem na alçada daquilo que é uma das formas de perder a qualidade de membro, que está plasmada no Estatuto. Portanto, a minha pergunta é, pelo menos a estes com os tais 100% já de imparidade, vai o Conselho*



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

Diretivo promover o envio destes colegas para o Conselho jurisdicional (...)."-----

----- A Sra. Bastonária respondeu às questões anteriores referindo:-----

----- Quanto à questão da avaliação imóvel, entende que poderá ser materialmente relevante uma revalorização uma vez que a perceção do mercado é de que os imóveis valem mais do que o que consta no Balanço.-----

----- Relativamente à imparidade das quotas em atraso, considera que dos cinco milhões cerca de dois milhões já estarão prescritas por se considerarem incobráveis. Em 2018 a Direção pretende analisar toda a situação e o processo de cobrança coerciva passará a ser executado pela Autoridade Tributária. -----

----- Informou ainda *"foi enviado agora um email dando a possibilidade aos membros de regularizarem as suas quotas em atraso e consequentemente toda esta matéria vai ter uma mudança muito grande ao nível da gestão da Ordem este ano. Queremos arrumar com os processos. Não queremos ter processos judiciais a decorrer contra contabilistas, portanto, efetivamente tem toda a razão. Se os contabilistas devem quotas e não... Há mais de cinco anos e não têm qualquer relação com a Ordem, devem sair e, portanto, deve-se arrumar a casa deste ponto de vista e é isso que vamos fazer, é isso que vamos tentar durante o ano 2018, arrumar este assunto por forma a depois conseguirmos decidir no final do ano que imparidades é que transitam ou não ou que se limpam definitivamente do balanço."*-----

----- No que concerne com o TOConline mencionou *"o TOConline ser um rendimento sujeito tem os custos associados e os custos comuns associados que lhe retiram a sua tributação e consequentemente não teve e não resultou em mais imposto do que aquilo que foi apurado devidamente. (...) a única coisa que falhou, de facto, foi não termos o quadro espelhado no relatório e contas."*-----

----- Em relação ao TOConline foi ainda dito que no ano de 2017 não foi efetuado qualquer investimento. Os melhoramentos foram suportados pela empresa que desenvolve os mesmos.-----

----- Foi abordado o tema do Fundo de Pensões por ser considerado um assunto prioritário mas não urgente uma vez que considera que não tem a rentabilidade nem o retorno desejável. Na pasta TOC os membros tem acesso diariamente ao valor atualizado do mesmo. Será um tema que ainda será alvo de estudo pormenorizado. O Fundo de Pensões por estar numa entidade externa não está expresso nas contas.-----

----- Assume que esta Direção entendeu efetuar reexpressões.-----

----- Reconheceu que o orçamento de 2016 foi "arrojado" e que os quatro milhões de diferença tinham por base a formação em SNCAP que não se veio a realizar, devido ao adiamento da implementação do novo normativo contabilístico.-----

----- No orçamento de 2018, a Direção optou por ter uma atitude conservadora.-----

----- As contas caucionadas foram alvo de atenção desta direção: *"em um mês e quatro semanas termos conseguido reduzir substancialmente quase metade, quase um milhão a menos das contas caucionadas e, portanto, é este caminho que queremos levar. É este caminho que queremos conseguir concretizar até ao final do ano, que é limpar todas as contas caucionadas. Essas, sim, limpar, que não estão a fazer nada no balanço e, portanto, o nosso desejo é mesmo esse."*-----

----- Relativamente aos gastos com a comunicação social manterão uma posição conservadora.-----



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

----- Por último, e sobre o tema quotas em atraso disse: *"Em relação ao número de membros, de quotas em atraso, eu creio que a resposta será a mesma que foi dada antes. De facto, o número de membros com quotas em atraso é elevado. Os processos judiciais que estão em curso para tratar de toda essa situação e os recursos jurídicos alocados são muitíssimo elevados e não é desejável e, por isso, toda a reestruturação dessa matéria será fundamental para atingirmos muitos destes objetivos e vamos consegui-los e vamos fazê-los e, por isso, em relação ao plano de atividades para este ano, muitas das situações estão já direcionadas para a resolução também dessas questões, dos tais membros e o porquê de estarem com as quotas em atraso há tantos anos e se faz sentido ou não estarem na nossa instituição."*-----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Relatório e Contas do ano de 2017 o qual foi aprovado com 70 votos a favor, 0 contra e 13 abstenções.-----

----- O Presidente da Mesa propôs a Assembleia a interrupção dos trabalhos pelo período de quinze minutos.-----

----- Ausentaram-se durante o intervalo, apresentando Requerimento de substituição a partir desse momento, que a Mesa entendeu, excepcionalmente, aceitar os seguintes Representantes:-----

----- Maria Lucília Pereira Marques, CC 24071, representada por Paula Margarida Costa Esteves da Costa, CC 7104;-----

----- Pedro Miguel Batista Pinheiro, CC 70117, representado por Maria Teresa Eva das Neves, CC 11 591.-----

- Reiniciados os trabalhos, o Sr Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte.-----

----- i) Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento Anual 2018.-----

- No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa deu a palavra a Sra. Bastonária.-----

----- A Sra. Bastonária tomou a palavra e efetuou a seguinte intervenção:-----

----- *"Estamos aqui no início de uma nova era, um novo projeto, uma nova dinâmica e uma nova cultura geracional e só vos queria aqui partilhar uma coisa. Sorriam porque vamos ter uma profissão melhor e não é só sorrir por causa disto, acho que isso é sempre um bom motivo para sorrir, mas porque hoje nós temos aqui uns pins, alguns de nós, porque hoje... Amanhã é o dia do sorriso e nós fizemos uma iniciativa na Ordem com todos os colaboradores a dizer que se todos os colaboradores sorrirem para os contabilistas vamos ter todos uma vida melhor e é algo que devemos implementar também na nossa vida prática do dia-a-dia e nós não temos dúvidas que com estes órgãos Diretivos e com este plano de atividades e orçamento que vamos apresentar podem sorrir porque vamos ter uma profissão melhor. Não tenham dúvidas. Em relação aqui à apresentação das contas e o que vos posso dizer em relação a questões concretas. Como sabem, nós somos uma entidade pública que se rege por um diploma legal, que teve já várias alterações e a última alteração foi a Lei 139/2015. O número de membros já falámos antes, portanto, não vale a pena estarmos a referir novamente. Estes são os pontos fundamentais daqui da nossa estratégia, são a missão, visão e valores que nos regem e para o qual vamos trabalhar durante todo este exercício. Aquilo que queremos em termos de missão, valores e visão e principalmente em termos de valores é refletirmos a nossa competência e confiança. Temos que ter uma profissão de excelência e solidariedade uns com os outros. Lealdade e rigor na execução dos nossos trabalhos e temos também que refletir e o nosso principal valor*



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

também aqui, a sustentabilidade e transparência daquilo que queremos para a nossa instituição... E por isso mesmo a composição destes órgãos que vai levar este... Todos estes objetivos até ao último ponto necessário para atingir tudo aquilo que nos propomos, é um conjunto de órgãos composto pelo Conselho Diretivo, Conselho jurisdicional e o Conselho fiscal, que nos acompanhará para nos fiscalizar tudo aquilo que diz respeito às contas. Dentro do Conselho Diretivo não é preciso dizer-vos que órgãos é que são, que todos conhecemos, e temos também um órgão extremamente importante e novo neste novo plano que deu... Iniciou a 5 de março de 2015 na completa aplicação do novo Estatuto e que diz respeito a esta Assembleia Representativa, que são todos vós que estão aqui a aprovar as contas e que, como já foi dito, é composto por oitenta e sete contabilistas certificados, eleitos por vinte círculos eleitorais. Do ponto de vista da Ordem, o que vamos ter para 2018 é também... Vamos manter... Não quer dizer que não possa haver aqui algum ajustamento em termos de colaboradores, mas para já a nossa expectativa é mantermos os mesmos cento e vinte colaboradores que tínhamos distribuídos pelos departamentos que estão ali evidenciados. Esta direção entendeu que não podíamos fazer aqui um plano de atividades sem fazer uma análise SWOT sobre tudo aquilo que diz respeito às nossas... À nossa forma de atuação, àquilo que a Ordem é neste momento e pretende vir a ser... E por isso diria só e focaria só aqui as forças e as oportunidades que temos em que diria que as forças que Ordem tem dizem respeito à sua competência técnica e há bocado quando o colega o Vítor Vicente referiu que o nosso património não é só o património imobiliário disse uma coisa que é uma grande verdade. O nosso maior património, o maior património que a Ordem tem é imaterial. Tem a ver com todo o seu conhecimento e todo o seu know-how que partilham e que partilhamos uns com os outros, mas que a Ordem partilha com os seus membros e isso é aquilo que devemos salvaguardar com maior força e com maior empenho e por isso eu diria que esse património imaterial é muito mais importante do que muito do material que temos, mas o material ajuda-nos a ter a sustentabilidade que também precisamos... E, por isso, como forças podemos apresentar aqui a competência técnica que a Ordem tem, o apoio aos seus membros, a capacidade formativa, a dimensão institucional, a maior Ordem Profissional dá-nos uma responsabilidade, mas também nos dá uma força que precisaremos para levar a cabo muitas das iniciativas que queremos implementar e trazer para melhorar a vida dos contabilistas. Reconhecimento público, também é uma das nossas forças, mas este reconhecimento público tem que passar para outro patamar. Eu diria que em relação à mensagem anterior do relatório e contas, temos aqui dois momentos distintos. Relatório e contas de 2017, em que se fechou um ciclo e 2018, em que se inicia um novo ciclo em que com a estrutura que nos foi proporcionada, do legado que temos do passado, vamos direcionar todos os nossos esforços, todos os nossos recursos, única e exclusivamente para os contabilistas e para a dignificação da profissão e para a melhoria das condições de vida dos contabilistas. Estes são os grandes propósitos que temos para os próximos quatro anos e por isso mesmo sabemos que temos fraquezas com que vamos ter que lidar e determinadas ameaças que vamos ter que transformar em oportunidades. Eu diria que a maior oportunidade que temos aqui é a abertura do poder político. Sentimos que desde que tomámos posse há uma grande abertura do poder político, já vinha a ser construído antes, mas que estamos a aproveitar todas estas oportunidades para fazer o caminho. Seremos firmes e seremos um parceiro de diálogo e não alguém que está ali para cumprir aquilo que nos é exigido. Não duvidem que este



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

órgão e eu, Bastonária, não deixarei que sejamos usados pela Autoridade Tributária para aquilo que são os seus objetivos e, por isso mesmo, esta abertura do poder político vai de encontro precisamente a este novo caminho que eu acho que os nossos parceiros já sentiram que é o nosso novo papel nesta dualidade que temos, que não tem... Não é bem recíproca, como gostaríamos, mas que tem que passar a ser recíproca. Cooperação institucional. É fundamental que a cooperação institucional exista, a rentabilização da Ordem, apoio em matérias emergentes e pro-atividade legislativa. Não estaremos à espera que as coisas nos apareçam. Todo o nosso trabalho será vocacionado para nos anteciparmos e sermos pró-ativos em todas as matérias que pudermos e que conseguirmos ser. Em relação à rentabilização da Ordem, eu devo-vos dizer que temos um plano também muito ambicioso em relação à dinamização destes passos, a toda a rentabilização que possa existir para o exterior também que vai ser uma oportunidade que vamos aproveitar muito durante o ano 2018. Em termos de vetores estratégicos, nós queremos uma Ordem para os seus membros. Queremos um reposicionamento do contabilista certificado e queremos uma redefinição do profissional do futuro e, portanto, todo este plano de atividades e orçamento vai exatamente assentar nestes três vetores principais que é o nosso grande objetivo que temos em termos de orientação. Para tudo isto, temos várias ações previstas, práticas e exequíveis que passam por desde elaborar um guia profissional e formação específica para determinados sectores, outras formas de atuar junto do contabilista, que o façam estar no mercado, ser um player completamente diferente, nomeadamente na obtenção de informações para construção de planos de gestão da sua própria empresa em termos de contabilista, planos de angariação de novos clientes, estratégias de marketing e promoção e novas oportunidades de crescimento profissional e técnicas de negociação. O exercício da profissão tem que mudar, não temos dúvidas. A forma como atualmente o contabilista exerce a sua profissão está esgotada e, portanto, tudo isto tem que ser algo que temos que trazer de novo à nossa profissão e que este Conselho Diretivo tem um empenho muito grande nestes novos... Nesta nova forma de estar na profissão... Dotando o contabilista de todos estes conhecimentos para que ele possa atuar precisamente junto dos seus interlocutores de forma completamente diferente e é uma das questões que vamos ser bastante incisivos durante este ano. Também para completar isto, um dos grandes projetos que temos este ano e que o vamos iniciar já em março... Em maio... Tem a ver com a apresentação de critérios objetivos de cálculos de honorários, valores praticados... Os valores praticados pelos contabilistas estão longe de ser aqueles que correspondem ao seu justo valor. Numa altura em que falamos tanto de justo valor e que falamos tanto no SNC, o contabilista não conseguiu alcançar aquilo que é o seu justo valor e por isso a Ordem tem que ajudar os contabilistas a alcançar este grande objetivo, sendo que um dos pontos que temos como ação prevista para este ano assenta precisamente aqui. Dignificação do exercício e responsabilidades dos contabilistas... Do contabilista... Materializando-se naquilo que são as suas avenças e no cálculo dos seus honorários. Como é que vamos ajudar os contabilistas. Vamos ajudar com tabelas orientativas, sugestões de honorários, identificação daquilo que são os serviços dos contabilistas e daquilo que não é o serviço do contabilista. Portanto, rapidamente vamos virar-nos para esta grande... Uma das nossas grandes apostas para começar a mudar mentalidades, porque aqui, como não estamos a falar de obrigatoriedades, não estamos a falar de nada que resulte de lei, estamos a falar de mudança de mentalidade e, portanto, quanto mais cedo começarmos a trabalhar nesta área, mais



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

depressa alcançaremos os nossos objetivos. Aqui os objetivos em termos de ações previstas são ações na execução daquilo que este Conselho Diretivo se propõe, mas sabemos que depois na prática o que vai acontecer é que isto tem a ver com mudanças de mentalidade e, portanto, o seu reflexo vai ser a médio/longo prazo, mas de qualquer maneira, em termos de ações previstas, começarão o quanto antes. Também do ponto de vista da qualidade e daquilo que o contabilista certificado pode melhorar em termos daquilo que pode ser, também iniciaremos a abordagem às normas e aos sistemas de gestão de qualidade de segurança de informação, também um bocadinho ligado ao novo Regulamento Geral Proteção de Dados, mas também à criação de procedimentos dentro dos escritórios, dos gabinetes de contabilidade, porque achamos que desta forma o contabilista estará mais preparado para se organizar e trabalhar de forma diferente e portanto, tudo isto pode levar à melhoria dos procedimentos e dos processos internos dentro dos gabinetes de contabilidade. (...) Vamos analisar a possibilidade de a Ordem atuar como agente de promoção e apoio a candidaturas de Contabilistas Certificados ou das suas sociedades a programas de investimento também ligados aqui às certificações, que já sabemos que são duas questões que andam muito a par. Faremos também um desenvolvimento e reestruturação do fórum da Ordem em que dotaremos uma pessoa do consultório técnico para acompanhar as respostas nesse mesmo fórum da Ordem. É uma questão que tem que ter algum tempo de preparação, porque uma resposta direta vai ter que ter uma alocação de recursos que temos já previsto, mas que ainda não será já para o mês de Maio, como gostaríamos. Do ponto de vista do cronograma que poderia estar associado a este orçamento, não o conseguimos fazer nem prever. Primeiro tivemos pouco tempo e depois porque ainda não conseguíamos saber como é que íamos gerir determinados recursos para saber qual ia ser a concretização ao longo do ano de todas estas ações previstas, mas no próximo orçamento para 2019 com certeza que teremos um cronograma a acompanhar todas as ações a que nos propomos. Também teremos, após a publicação de legislação relevante, também podemos proceder à análise da mesma e à divulgação junto dos membros. O que é que nós queremos? O que é que esta direção quer? Esta direção quer estar muito mais próxima dos membros, trazemos mais informação... Porque nós temos dois grandes objetivos. Melhorar a qualidade de vida do contabilista e dignificar a profissão, dignificar os conhecimentos, dignificar a forma de estar, dignificar a forma de atuarmos e, portanto, são estes pontos que nos vamos focar. Todo o nosso plano, todo o orçamento está direcionado para estes pontos que são os pontos que vamos trabalhar ao longo deste ano e por isso mesmo vamos continuar a publicação e disponibilização de newsletters via da Ordem, normal em termos de legislação, e vamos acrescentar ainda a questão relacionada com as contas da Ordem. As contas da Ordem, como vimos e sabemos e do passado, traz-nos, no fundo, essa noção de que ruído só traz instabilidade e nós não queremos instabilidade na nossa instituição. Nós queremos estar aqui seguros, queremos que todos os membros confiem em nós, quer os das assembleias de representantes, quer os membros que estão lá fora e só há segurança com informação e com transparência e, portanto, esse é um ponto de base deste Conselho Diretivo. As contas da Ordem serão transparentes, serão disponibilizadas permanentemente aos membros para consulta e serão divulgadas trimestralmente em newsletter para que todos os membros saibam qual é o acompanhamento dos gastos e das contas na Ordem. Eu creio que aqui temos uma mudança muito grande daquilo que era o passado e de o que fazíamos em termos de divulgação e informação e



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

desta forma transformar toda esta informação em algo útil para o contabilista, um exemplo para o contabilista que reflita a transparência que queremos transmitir. Com isto, esperemos de alguma forma, ter a vossa confiança e que a acreditem que estas contas, aquilo que estamos aqui a fazer é apenas e única e exclusivamente em benefício dos contabilistas. Consultadoria técnica, como sabem, é um ponto fundamental. Já falámos há pouco na apresentação de contas e vamos manter tudo isto e melhorar. Qualquer serviço que hoje em dia exista na Ordem para os contabilistas, o objetivo desta direção é manter o que é bom e melhorar tudo aquilo que existe. Vamos pelo menos tentar. Não somos melhores que ninguém, mas temos ideias novas, temos ideias renovadas e por isso o que queremos trazer é uma forma diferente de prestar os serviços aos membros. Vamos ter atendimento alargado, principalmente nas alturas dos cumprimentos das maiores obrigações fiscais, portanto, nesta fase da modelo 22 e da IES já está e já está a decorrer o atendimento alargado do consultório técnico... Diminuição de prazos de respostas, manuais explicativos. Já divulgámos também a coletânea deste ano do IVA, do IRC e do IRS sobre o preenchimento declarativo. Estruturar a base de dados SIC, também temos que a renovar, temos que a pôr mais ao serviço dos membros e mais friendly, como se costuma dizer. Reestruturar o modelo e locais de atendimento presencial na sede. Tem havido, realmente, algumas questões sobre o atendimento na sede estar muito exposto e, portanto, as pessoas que trazem assuntos mais delicados se verem às vezes com alguma dificuldade em o fazer e, portanto, vamos mudar um pouco todo o layout desta situação, mas também iremos implementar um sistema de atendimento muito mais moderno. Queremos ser mais dinâmicos em termos de tudo isto, mas também precisamos da vossa ajuda. A vossa ajuda como representantes e também como membros que peçam. Queremos sugestões para sermos muito melhores de o que somos agora e isso é o nosso grande objetivo. Atendimento mais personalizado, mais informatizado com novas tecnologias, tudo aquilo que possa ser implementado para que os mais jovens também se aproximem da Ordem, porque é uma das coisas que nós sentimos é que, de facto, há algum afastamento dos jovens e, portanto, este sistema de atendimento mais moderno também direcionado para os mais jovens, para eles próprios entrarem na profissão, porque serão aqueles que nos vão substituir um dia e que temos que deixar preparados para estes novos desafios. Implementar o atendimento presencial nas delegações da Ordem, não será num curto espaço... Isto é, antes do primeiro semestre não será concretizado, mas tudo faremos para a partir de setembro termos concretizado este objetivo. Também na parte jurídica temos grandes desafios a alterar para 2018 e que já estamos a implementar. Atendimento alargado, apoio jurídico junto da Autoridade Tributária e Segurança Social e temos aqui muitas novidades que vão ser relevantes. Como eu vos disse há pouco quando falámos... Nós não temos aqui dito exatamente o que é que vamos concretizar em termos de orçamentação para tudo aquilo que nos propomos e para estas ações, porque muito daquilo que vamos utilizar são recursos já existentes na Ordem. Vai ser um ano de viragem, vai ser um ano de paragem, vai ser um ano de arrumação de casa, vai ser um ano de restrições orçamentais do ponto de vista de equilibrar as contas da Ordem, mas não deixaremos de alocar e utilizar todos os recursos existentes para melhor tudo isto que queremos melhorar e aqui o departamento jurídico é um bom exemplo disso. O departamento jurídico tem cerca de 800.000,00 €, mais, tem quase 900.000,00 € por mês de gastos, em que só 20% é que está alugado ao serviço dos membros, à ajuda dos membros junto de o que é que procedimento tributário, etc., e a outra parte está precisamente



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

no tratamento das quotas e nos processos disciplinares e nós queremos inverter tudo isto. Com o tratamento das quotas a ser feito por parte da Autoridade Tributária vamos alocar todos estes juristas, que têm um custo elevadíssimo para a nossa instituição, a servir os membros e por isso é que aquela percentagem de retorno para o ano será com certeza, muito mais elevada do que este ano e aqui no departamento jurídico eu gostaria de salientar algumas questões que são fundamentais para o nosso dia-a-dia. A questão da mediação de conflitos entre CC e CC e os seus clientes. É fundamental. Se houver um telefonema, a Ordem intermediar, se calhar muitos dos problemas que hoje em dia chegam a Tribunal ou que vêm até para Conselho disciplinar da Ordem deixam de existir. Portanto, nós queremos aqui trabalhar numa base de prevenção de todos estes processos para que não existam situações que cheguem aos casos extremos que se devem evitar e, portanto, com esta mediação de conflitos que eu diria que é um dos pontos mais importantes que nós temos no nosso plano aqui de ação, vamos com certeza conseguir gerir todos os conflitos existentes de outra forma. Com um telefonema e com uma simples conversa e com um sorriso muita coisa se resolve e é isso mesmo que queremos. É que desta forma haja uma forma de atuar personalizada que evite muitas situações que só trazem custos, só trazem conflitos que não interessam à profissão, nem aos nossos clientes e a Ordem como intermediária terá e poderá ajudar muito na resolução de base destes conflitos. Também aqui a questão do apoio jurídico junto da Autoridade Tributária e Segurança Social com recursos alocados e com pessoas disponíveis para poderem ajudar os contabilistas naquilo... Tudo aquilo que diz respeito a procedimento tributário, teremos contabilistas a conseguirem-se defender muito melhor, que é aquilo que vamos ter aqui uma atuação muito exigente em relação a este ano, direcionando os serviços do departamento do serviço jurídico, para que os contabilistas sejam apoiados nesses âmbitos. A questão da reversão fiscal, que é uma questão a Ordem já trata há muitos anos e que rejeita... A Ordem defenderá todos os contabilistas que tenham processos de reversão fiscal diretamente e acompanhando-os, porque a legislação e aquilo que está subjacente a uma reversão fiscal raramente pode ser apontado ao contabilista e, portanto, estaremos cá para defender os contabilistas neste ponto. Do ponto de vista da formação também estamos a reestruturar toda a formação... Estamos à espera desta aprovação deste plano e orçamento para poder reestruturar o ano inteiro. Até agora só temos previstas até ao final de maio para esperarmos por este documento e a seguir vamos reestruturar. Vamos incentivar muito a formação que nós chamámos de recorrente, isto é, proposta pelos próprios grupos de contabilistas locais para que a formação vá mais de encontro às necessidades dos contabilistas do que ser taxativamente aquilo que temos em termos de plano e, por isso, essa será aquela em que vamos incentivar mais à escolha de todas estas situações, mas não deixaremos de manter aquilo que é a formação eventual, as reuniões livres, o e-learning e as formações segmentadas que já temos. Queremos é melhorar e, por isso, contamos também com a vossa ajuda, com as vossas sugestões para fazermos cada vez mais e melhor em relação a cada uma destas matérias. A academia é um ponto importante na ligação com a Ordem, como todos sabemos. Aliás, a opção... A nossa opção de escolha de representantes, neste caso, lista A, passada foi muito termos o equilíbrio de pessoas dos vários pontos e sensibilidades a ligam os profissionais à realidade e a academia é um ponto desses. A academia, os profissionais e os empresários e toda esta ligação têm que estar sempre em simbiose, senão não conseguimos nada e a academia faz parte também das decisões que são importantes



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

para os contabilistas e por isso não deixaremos de ter aqui uma preocupação muito grande, sabendo que, obviamente, este ano temos que fazer toda a revisão daquilo que são as candidaturas à Ordem e os cursos com dão origem à entrada na Ordem para ajustarmos ao novo Estatuto e que também iniciaremos, pelo menos em setembro, essas mesmas ações. Do ponto de vista da comunicação com os membros e outros intervenientes continuaremos a utilizar tudo aquilo que ponha a divulgação e todo o diálogo entre os contabilistas, esta comunicação cada vez mais próxima uns dos outros. Ordem/contabilista, contabilista/Ordem, por forma a conseguirmos atingir os objetivos, trazer os contabilistas para dentro da Ordem. A Ordem está... Tem uma estrutura forte, tem um passado que nos permitiu termos hoje muitas das coisas que temos e agora temos que olhar para dentro de casa, para os contabilistas e temos que trabalhar em conjunto e os contabilistas têm que vir para aquilo que é a sua casa, para aquilo que é a Ordem e participar na vida ativa da Ordem e é isto que nós queremos conseguir através de uma boa comunicação, partilhando tudo aquilo que a Ordem faz. Como vos tinha dito há pouco, a maior parte dos contabilistas não tem ideia de o que a Ordem faz, de o que é que se faz neste edifício de seis andares e isso é extremamente importante e apostaremos muito na divulgação de tudo isto. Também apostaremos muito na publicação de vídeos tutoriais de curta duração, em que vamos difundir, quer aspectos relacionados com a profissão, quer aspectos relacionados com instituição. Apoio social aos membros será sempre também uma prioridade que não deixará de estar vertida neste orçamento e vamos manter o seguro de saúde, o seguro de responsabilidade civil esperemos que o consigamos manter, porque ele está neste momento a concurso público e esperemos que hajam propostas e que alguém se candidate ao nosso concurso público e desde já lanço o repto a todos os presentes, que todos os contatos que tenham em seguradoras, que queiram enfrentar este grande desafio...O concurso público de responsabilidade civil está a decorrer. Como sabem, não é um seguro que neste momento ou, pelo menos, o que tem acontecido no passado recente, as companhias de seguro não gostam do nosso seguro, há muita sinistralidade e rejeitam e no ano passado só tivemos um concorrente ao seguro de responsabilidade civil, o que significa que nos sujeitamos às condições que não são as desejáveis que temos atualmente, mas, de facto, os interlocutores do mercado acham que nós temos muita sinistralidade e por isso não temos grande...Grandes companhias a querer fazer e a querer concorrer ao nosso seguro de responsabilidade civil. Esperemos que este concurso público seja diferente dos anteriores e tenhamos aqui uma boa resposta do mercado a esta contratação. O fundo de solidariedade social é para continuar. O fundo de pensões, temos que o explorar e analisar. Eu aqui nesta matéria diria que o que nós vamos fazer é... O reforço que vamos fazer é explorando as vias, aumentar a rentabilidade dos valores entregues pelos Contabilistas Certificados e analisar o produto em si. Eu confesso que ainda não tenho... Não temos aqui... Este Conselho Diretivo ainda não se debruçou sobre este assunto e não temos aqui ainda nada definido sobre esta matéria. A questão dos projetos da casa CC de Lisboa e do Porto e da elaboração de projeto de exploração/análise é aquela questão que já tinha respondido há pouco. Vamos avaliar. Vamos fazer uma análise sobre aquilo que são as expectativas em relação aos gastos que vão gerar... Se se mantiver aquilo que estava proposto anteriormente e o que é que se pode propor de diferente, inclusivamente com sugestões, depois ouvindo os Contabilistas Certificados sobre qual é o seu objetivo. Eu já estou a demorar muito. As representações internacionais são para manter. São para trabalharmos ativamente. Tudo aquilo que



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

fizermos tem que ser obviamente divulgado e partilhado com os membros. Em relação à contratação pública ainda há uma parcela de custos do ano anterior e de agora, que tenho vindo a ser confrontada com isso, que não está no âmbito da contratação pública porque havia contratos a decorrer porque havia situações particulares que não permitiam, mas até Setembro queremos ter todas as essas situações resolvidas. Nada será feito sem ajuste direto ou sem contratação pública, isto é, sem cumprir as regras da contratação pública. Do ponto de vista do acesso à profissão, como vos disse, vamos reestruturar e até ao final do ano esta situação estará revista sobre como é que vai ser o novo acesso à profissão. Certificação da qualidade. Aqui vamos ter uma mudança estrutural. Estão suspensas todas as comissões. Aliás, uma das posições que tomámos logo que iniciámos as funções, não só em relação ao anterior controlo de qualidade que queremos chamar a partir de agora "certificação de qualidade", foi a suspensão de todos as comissões que havia e, obviamente, que isto também nos permitiu uma grande poupança de custos em relação àquilo que era os dispêndios normais. Agora, eu acho que nesta fase temos que repensar tudo. Se são necessárias, se não são necessárias, para que é que são necessárias e saber o que é que queremos em termos de futuro. Para já, trabalhar com a prata da casa até termos condições para trabalhar e poder entrar a nível de outro tipo de comissões contratadas e, portanto, o que nós queremos em relação à certificação de qualidade é um modelo completamente novo. Um modelo que define exatamente o que se pretende e o que é que o contabilista deve e tem que prestar em termos profissionais e ser um controlo desejado. O controlo de qualidade não pode ser algo repreensivo/punitivo, tem que ser pedagógico e é isso que vamos implementar e propor, mas será para o final do ano, para entrar em vigor em 2019. Não entrará em vigor em 2018. Do ponto de vista da criação de comissões, também não estão para já. Na melhor das hipóteses estas comissões entrarão em vigor só em Setembro, a não ser que alguma coisa se desenvolva antes e queiramos começar e iniciar uma série de trabalhos, mas a probabilidade é só darmos início em Setembro. Não quer dizer com isto que não se faça muito trabalho e que não se desenvolva todo o trabalho que já está a ser elaborado, mas realmente o que queremos este ano é arrumar a casa, é repensar a estrutura de custos da instituição e consequentemente temos efetivamente este objetivo, mas será a partir de Setembro. O que temos aqui também em relação a estas comissões é o compromisso de uma publicação semestral de relatórios de atividades de todas as comissões para que não existam dúvidas sobre os gastos das mesmas e sobre aquilo que elas representam na instituição. Como vos digo, em relação a contas só podem contar com transparência e com fornecimento total da informação e por isso não creio que todas estas questões relacionadas com a comissão, com as comissões tragam algumas dúvidas para o futuro. Em relação à Ordem e ao poder político temos aqui um problema para resolver rapidamente, que é a questão do contabilista público. Não aceitaremos que o contabilista público não seja um contabilista certificado e, portanto, já estamos a atuar para que isto seja resolvido no imediato e tudo faremos e iremos até às últimas consequências para que na profissão não existam os parentes públicos e os parentes privados, já para não dizer os parentes pobres e os parentes pobres e os parentes ricos, mas os parentes públicos e os parentes privados. Não faz sentido nenhum. O nosso Estatuto não é isso que diz. O nosso Estatuto diz que o contabilista é público e privado e é por aí que nos vamos orientar para exigir que toda esta matéria fique de uma vez por todas resolvida. Do ponto de vista da relação com a Autoridade Tributária. Já temos em curso uma série de medidas que estão



Subscrever

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

a decorrer. Temos reuniões de trabalho regulares. Vamos ver como é que tudo isto... Como é que vai correr, mas temos uma exigência enorme para o ano 2018. Queremos a figura do contabilista suplente, que embora não seja a ideal em termos daquilo que é o justo impedimento, é a que existe em termos de Estatuto, mas que não está vertida em termos das obrigações declarativas, nomeadamente no site das Finanças para podermos nomear ou estra automeados lá e, portanto, são questões que temos que resolver. Propor um modelo de férias fiscais, já começámos com este procedimento. Cooperar ativamente na definição do calendário fiscal. Estamos já a trabalhar ativamente nisto. Procedimentos legislativos com impacto direto na profissão, também já temos uma série de legislação que queremos propor agora em Maio para ainda entrar em termos de... Em termos de orçamento de Estado para 2019, se for o caso ou em legislação avulsa se for assim o entendimento. Queremos trabalhar na questão do RGIT e da Lei Geral Tributária, naquilo que são os artigos que mais diretamente estão relacionados com os contabilistas e propor alterações. A disponibilização das declarações fiscais no início de cada ano civil é um dos maiores objetivos que temos. Tudo faremos para trabalhar neste sentido. Não vamos conseguir este ano, nem vamos conseguir para o ano em 2019 tê-las em Janeiro, mas estamos a trabalhar ativamente para isso ser uma realidade até ao fim, aqui sim, dos quatro anos. Disponibilização das declarações fiscais no início de cada ano civil. Era isto que estava a falar. Apresentar uma proposta de alteração para a figura legal da responsabilidade subsidiária dos contabilistas certificados, portanto, a nível da tal legislação que vos estava a dizer. Em relação às propostas concretas que estamos a apresentar, a apresentação... Queremos um portal só para contabilistas certificados. Não quer dizer que resulte do ponto de vista das irregularidades dos acessos aos sites, mas pelo menos temos que tentar para ver se resulta ou não. A Autoridade Tributária diz-nos que não, que é igual, porque depois a entrada é a mesma. Eu de informática não percebo muito, mas só percebo é que se calhar as coisas arrumadas em dois armários diferentes vão permitir ter uma utilização diferente e, portanto, continuaremos a solicitar que isto seja uma realidade. Também estamos a pedir e vamos pedir junto à Autoridade Tributária que haja atendimentos exclusivos para contabilistas certificados. O que acontece muitas vezes é que nós não temos um interlocutor do outro lado que nos dê resposta e que esteja à nossa altura e isso tem que acontecer e, por isso tudo, trabalharemos na ótica de todas estas questões que estão aqui relacionadas. Também em relação ao tecido empresarial temos muitas ações a fazer e ações estas que vamos implementar no mais curto espaço de tempo. Temos de ter parcerias com associações, temos de trazer as associações empresariais a conhecer a realidade fiscal, porque não são os contabilistas muitas vezes que devem pedir determinadas alterações legislativas, mas sim as associações empresariais, porque muitas destas alterações penalizam são as empresas. Nós só temos que cumprir as obrigações e conhecemo-las. Mas a penalização é sobre as empresas e, portanto, faz todo o sentido quando estamos a atuar em matérias fiscais, atuarmos em conjunto com as associações empresariais. Do ponto de vista da sociedade civil, continuaremos a publicar artigos técnicos, ações de sensibilização, a questão dos honorários e das avenças vai passar muito também por esta interação com a sociedade civil e também com as associações empresariais que vão trazer essa nova informação às empresas daquilo que os contabilistas valem, daquilo que os contabilistas pelo menos têm que ser ressarcidos face ao seu know-how e a sensibilização da sociedade civil para este problema é uma das realidades onde vamos trabalhar afincadamente. Em relação à Ordem e



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

outros parceiros, vamos começar a ter protocolos. Portanto, a Ordem, até hoje, manteve-se fora desta situação, que é muito comum noutras outras, que é criar parcerias com outras entidades para a atribuição de desconto aos Contabilistas Certificados e por isso vamos também iniciar esse procedimento no âmbito de todos os protocolos com entidades para ter as vantagens e benefícios para os membros. Do ponto de vista da pasta CC e do sistema de informação SIC, antigo SITOC, vamos ter uma inovação enorme em criar uma “app” para ter toda a informação da Ordem. O que vamos ter é a possibilidade nos nossos meios digitais de acedermos à pasta da Ordem, à “app” da Ordem e termos lá toda a informação, desde materiais, a revistas, à ligação ao SICCC, portanto, o que queremos é modernizar todos estes sistemas de informação que hoje em dia estão à nossa disposição e depois temos aqui também vertidas algumas das sugestões no âmbito do orçamento participativo, muitas delas já vertidas, mas também aqui atividades sociais organizadas pela Ordem foi uma das questões que surgiu no orçamento participativo e em que foi sugerido uma gala anual e uma caminhada solidária que vamos abraçar e que vamos promover para que... Não contem comigo é para caminhar, está bem? Eu só vos acompanho ou pelo menos corto a fita no fim, mas tudo isso... Tudo isso levará com certeza a que exista cada vez maior união entre todos, que é o que nós precisamos. É de estar unidos, ser uma profissão unida e sentir que estamos todos a trabalhar no mesmo sentido. Agora vamos ao plano de atividades propriamente dito. Eu só vos queria dizer que ele já devia ter sido aprovado obviamente, até ao final do ano, mas os constrangimentos do processo eleitoral levaram a que só hoje tivéssemos aqui a fazê-lo. Agora, não deixam de ser contas transparentes e passaremos a disponibilizar, até ao dia 15 do mês seguinte ao do trimestre, as contas. Este mês também não respeitámos isso em abril, porque estamos ainda com os mesmos constrangimentos ainda anuais, mas a nossa tesoureira, a Dra. Cristina Pena Silva, tem já o compromisso de até ao final da próxima semana conseguirmos divulgar as primeiras contas trimestrais, ainda que ainda não vão com toda a informação que gostaríamos, mas é para começarmos a cumprir esta realidade. Em termos das contas propriamente, portanto, o pressuposto da base orçamental foi o referencial de execução de 2017. Os valores dos rendimentos e gastos já estão os efetivos no primeiro trimestre, porque já tínhamos acesso a essa informação e tiveram em conta as remunerações processadas dos órgãos que cessaram as funções a 5 de Março de 2018. Em relação aos novos órgãos, também estimámos no orçamento, com aquilo que nos propúnhamos em termos de plano eleitoral, projeto eleitoral, que era a redução de 30% em relação às remunerações dos órgãos e isso dependerá da comissão, que vai ser eleita hoje, mas em termos orçamentais foi isso, foi aqui que nos baseámos para espelhar o orçamento que vamos apresentar. Os restantes órgãos, o Conselho Fiscal e a Assembleia Representativa são retribuídos através de senhas de presença, também é aquilo que propomos no nosso plano e que depois será ou não isto que a comissão de remunerações fixará e que será o que for de acordo com a comissão de remunerações. Por isso, o que temos aqui previsto para o próximo ano... Vamos comparar... Em vez de ser com o orçamentado em 2017... Uma vez que o orçamentado em 2017 teve desvios consideráveis face às questões que foram aqui faladas, vamos apenas fazer o comparativo com o real de 2017 e não com o orçamentado em 2017, eu penso que é mais realista para esta previsão e, portanto, o que temos aqui em termos de rendimentos é um acréscimo de 0,6%. Como vos tinha dito há pouco, o que nós temos aqui é um orçamento conservador. É um orçamento que sabemos que temos possibilidades de



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

ir muito mais além em termos de resultados, mas quisemos ser conservador e ter alguma prudência naquilo que são os valores que estamos a espelhar aqui. Do ponto de vista dos gastos, temos aqui uma variação, uma diminuição de 0,8% dos gastos. Como já vimos e analisando as contas de 2017, os gastos de 2017 já tinham tido uma redução considerável e, portanto, o que queremos é manter essa redução e ainda reduzir... Aqui é uma questão muito, muito ligeira. Em relação aos gastos dos apoios aos membros, temos aqui já um retorno de quatro milhões setecentos e quarenta e nove, é aquilo que temos previsto para este ano, mas eu acredito que este retorno vai ser muito superior a este. Portanto, todos os gastos... Como vos digo, este Conselho Diretivo tem um grande objetivo, é centralizar tudo aquilo que são as suas opções, nos contabilistas certificados, na dignificação do contabilista certificado e, portanto, acredito que este... Por exemplo, este mapa, aquilo que vai ser a realidade vai ser bastante superior porque vamos ter muito mais alocação de recursos com retorno direto aos membros. Do ponto de vista da demonstração provisional de resultados por natureza, o que temos aqui é um resultado líquido que ainda vai ser superior ao de este ano, apesar de o de este ano ser bastante elevado, vamos... Esperemos ter um resultado líquido de um milhão de euros. Agora, aqui o mais importante mapa que eu gostaria que dessem uma olhada, bem sei que ele é grande e por isso é difícil de estarem a olhar agora para aqui, mas ele também está no vosso caderno também com letrinhas pequeninas porque tem muita informação, mas podem ver que a informação que vos dei há pouco sobre as contas caucionadas... Não está ainda aqui o mês de abril, onde se fez uma amortização de 400.000,00 €, mas até hoje já fizemos uma amortização das contas caucionadas de 746.000,00 €. Foi um esforço muito grande mas temos uma tesoureira fantástica, para além de uma equipa da direção que não podia ser melhor. Eu tenho que estar orgulhosa. Eu tive oportunidade de a escolher e, de facto, tem-se refletido ainda melhor do que aquilo que era expectável. O Conselho Fiscal sempre atento a acompanhar-nos e a sugerir-nos para sermos ainda mais e melhores em todas estas questões, mas a Dra. Cristina Pena Silva, não há dúvida, tem tido um papel fundamental... Como não há ou como haverá muito poucas e, portanto, conseguimos em um mês e quatro semanas ter aqui um equilíbrio orçamental, um equilíbrio e termos de tesouraria, extremamente eficiente. Claro que nós não fazemos milagres e, portanto, o que vem de trás, tratado pela Sra. Bastonária Filomena Morena, já nos trouxe esta possibilidade. Mas a verdade é que nós temos que no focar em determinados objetivos e esta equipa é exatamente isso que quer. Quer-se focar no objetivo da sustentabilidade da Ordem, retorno para os membros de tudo aquilo que tem a ver com os recursos que a Ordem tem e, consequentemente, só pode resultar. Não tenham dúvidas que esta equipa não vos vai decepcionar e vai conseguir concretizar tudo isto a que se propõe. Temos, em termos de tesouraria e olhando... Portanto, o que aconteceu foi que nós chegámos ao final do mês de Janeiro... Tínhamos 142.000,00 € no banco e tínhamos as contas caucionadas de um milhão e oitocentos. Temos e tínhamos depois em fevereiro, havia uma situação de menos cento e trinta e seis mil e em março já temos uma situação positiva de seiscentos e cinquenta mil. Claro que se deve a quê? A muita redução de custos. Obviamente que acabando com uma série de gastos com as comissões, tudo isto resultou em, obviamente... E com também a arrecadação, obviamente das quotas do primeiro trimestre, como tem acontecido... E aquilo que estimamos a partir daqui... Aqui já é estimativa, enquanto que até Março é real. O que temos estimado de abril a dezembro é, de facto, uma tesouraria positiva e que acabará em 418.000,00 € positivos em dezembro. Portanto, já uma



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

realidade bastante sustentável para aquilo que queremos. Do ponto de vista das contas caucionadas. Isto é aquilo que temos em termos de informação até ao dia 26 de abril, portanto, ontem, em relação àquilo que foi possível e, por isso, em relação à conta caucionada do banco BCP tínhamos utilizado quatrocentos e noventa e seis mil, já amortizámos trezentos mil e temos neste momento em dívida cento e noventa e seis mil. Em relação à conta caucionada do Banco Santander, tínhamos oitocentos e cinquenta mil, já amortizámos trezentos mil, ficámos com uma dívida de quinhentos e cinquenta mil. Em relação ao BPI temos 500.000,00€ numa conta caucionada de quinhentos mil, a qual ainda não amortizámos.” -----

*----- (...) -----
----- “Como vêem e olhando para estas contas, a previsão que temos para este ano é risonha. Podemos sorrir porque temos razões para isso. Conseguimos uma prorrogação de prazo de trinta dias para conseguirmos planear o nosso trabalho. Conseguimos equilibrar as nossas contas e conseguiremos fazer muito mais até ao final do ano. É para isso que estamos aqui, para prestar este serviço, o que nós temos aqui, vestimos a camisola e trabalhamos e trabalharemos para os contabilistas. Não se esqueça uma coisa. Esta direção é só composta por Contabilistas Certificados em exercício de funções e isto faz toda a diferença porque os nossos objetivos são sempre os mesmos e são sempre em prol da profissão e isso, sem dúvida, que trará um resultado completamente diferente. Estes quatro anos, eu garanto-vos, que serão de dignificação da profissão e que alcançaremos muitas das situações que eram impensáveis há uns anos atrás conseguir, em termos daquilo que vai ser a nossa profissão e a qualidade de vida que teremos para a nossa profissão... E por isso, neste momento, como vos digo, já temos uma situação bastante mais tranquila do ponto de vista da sustentabilidade das nossas contas, o que nos permite ter, com alguma segurança, a perspetiva que temos para cumprimento de todas as ações que nos propomos. É um plano de atividades ambicioso. Eu não tenho dúvidas, mas só estamos cá para isso e vamo-nos dedicar a cumprir e a conseguir tudo isto que nos propomos neste plano e neste orçamento. O que vos quero pedir agora em termos finais e para acabar é que vos desafio a todos a aprovarem por unanimidade este plano de atividades e orçamento. Isto é um plano de atividades direcionado única e exclusivamente para o contabilista. Não há uma ação prevista, não há nada que esteja neste plano que não seja exequível e que não seja virado e utilizado para o contabilista certificado e, portanto, não há, no meu ponto de vista, no nosso ponto de vista, nenhuma razão para que ele não seja aprovado por unanimidade. Mas desafio mais, porque ele pode não ser aprovado por unanimidade e há sempre razões para tudo, se não o quiserem aprovar eu só vos peço que me digam porquê, porque nós queremos melhorar e queremos ir de encontro àquilo que são os desejos de todos os contabilistas e vocês, representantes, significam a representação desses mesmos contabilistas e por isso mesmo o grande desafio que vos lanço aqui é este. A aprovação por unanimidade deste plano e orçamento que é um plano e orçamento só a pensar no contabilista e se não o aprovarem digam-nos porquê porque queremos melhorar. Muito obrigada por este tempo que foi extenso, mas um plano de atividades com estas ambições também não poderia ser partilhado em menos tempo. Muito obrigada.” -----*

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal que fez a seguinte intervenção:-----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

----- "Boa tarde, novamente, para os colegas que eventualmente tenha chegado depois da minha intervenção. Relativamente ao plano de atividades e orçamento para 2018, dizer da mesma forma o que foi dito para o relatório e contas, dizer que a nossa tomada de posse foi também em 5 de Março e que neste particular o artigo 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados não estabelece qualquer obrigação para o Conselho Fiscal emitir um parecer sobre este documento. No entanto, não só porque é nosso entendimento que o deveria ser, o Conselho Diretivo solicitou por escrito ao Conselho Fiscal que esse parecer fosse emitido. Neste sentido, o plano de atividades, como sabem, e orçamento que foi apresentado nessa brochura tem vários capítulos. Portanto, se verificarem, foi feito um diagnóstico estratégico que resultou numa análise FOFA, eu gosto mais da expressão FOFA que SWOT, porque é Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças... Dessa análise SWOT resultaram três eixos estratégicos sobre o qual foram identificadas cento e trinta medidas de ação previstas. De facto, é um plano ambicioso, mas conforme foi assegurado pela Sra. Bastonária, supostamente é exequível. Eventualmente haverá, ao longo deste percurso, ações que possam vir a surgir que se realizem e eventualmente outras que estavam previstas não se realizem. Ainda assim, dizer que este plano de atividades consta também... É constituído pelos mapas previsionais de rendimentos e gastos, o plano anual de investimentos, a demonstração provisional dos resultados por naturezas e também o orçamento de tesouraria... Estes cinco pontos que foram detalhadamente explicados pela Sra. Bastonária. Relativamente ao trabalho do Conselho Fiscal neste âmbito... Nós verificámos, de facto, o conteúdo do documento, a consistência e a adequação dos pressupostos às medidas e ações previstas. Efetuámos indagações destinadas a avaliar a razoabilidade desta informação provisional que está contida no documento e emitimos o nosso parecer que é o seguinte, com base na evidência que suporta os pressupostos da informação financeira provisional, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base inaceitável para a emissão deste parecer. Contudo, como estamos a falar do futuro, de informação provisional, obviamente que poderão acontecer situações futuras que não estavam previstas e que sabemos também por esse facto os resultados reais dessas ações poderão a vir ser diferentes daqueles que estavam previstos. É só. Obrigado."-----

----- No período de Intervenções dos Representantes da Assembleia houve doze intervenções:-----

----- João Correia Colaço CC 16 mencionou que "(...)Eu quero só alertar e espero que o Conselho Diretivo não continue a formular para o futuro aquilo que tem vindo a fazer sistematicamente no 2016 e 2017 e no princípio deste ano a dizer que as ações de formação dão X créditos para o controle, isso é ilegal. Eu considero isso uma publicidade enganosa e espero que os colegas compreendam que é, de facto, uma publicidade enganosa (...)".-----

----- Severino Gonçalves de Sousa CC 6961 congratulou a Sra. Bastonária pelo trabalho de tesouraria que tem vindo a ser efetuado. Sugeriu que no próximo Plano de Atividades conste um Balanço. Efetuou três questões, a primeira pretende saber se já foi feita a entrega dos 250.000,00€ para o Fundo de Pensões, conforme referido na nota 15.5 do anexo. A segunda questão refere-se às quantias previstas entregar um euro para o Fundo de Pensões de acordo com o aprovado em anterior Assembleia Geral. Por último, pretende saber se o incremento dos gastos com a prestação de serviços informáticos está relacionado com o TOConline, ou não.-----

----- Manuel José Benavente Rodrigues, CC 146 mencionou o seguinte : "(...)O plano de atividades



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

para 2018 do atual executivo é consensual e optimista e de uma abrangência tal que não posso deixar de dizer que concordo com muitas das boas intenções que aqui estão exaradas. Entre muita coisa que nos é anunciada, temos a proclamação do fim da caricatura do ex-controlo de qualidade e um guia de procedimentos para o futuro controlo de qualidade que é condição sine qua non para ele poder racionalmente existir. Eu só posso concordar. Também faço votos para que tenha a força para a parceria com a Administração Fiscal, pois os contabilistas necessitam de um canal específico de comunicação com a Administração Fiscal. É inevitável. Em seguida eu também dou relevo à questão das avenças baixas que o plano de atividades quer combater e muito bem. No entanto, se me permite, Sra. Bastonária, não nos falem muito naquela mezinha de criar valor. É que eu já tenho uma certa idade e muitos contabilistas como eu, andamos a criar valor às empresas há mais de quarenta anos. A solução não está por aí e, portanto, é ver o problema de frente e primeiro constatar que no mercado de quatrocentas e trinta mil empresas, não podem viver profissionalmente com dignidade setenta mil contabilistas. Também quero ainda dizer que, por outro lado, ainda aqui tenho outra coisa, que é o seguinte... No caso da formação seria bom que a Ordem consiga promover uma formação de mais qualidade, pois, com mil assistentes numa formação, não há formador que realmente possa resistir. Portanto, outra coisa também em relação à consequência disso, a história dos pontos. Eu gostaria que a Ordem deixe de falar em pontos, pois eles, como todos nós sabemos, já não existem na realidade. Por fim, temos que ter a coragem de regular os contabilistas, redimensionando a Ordem à sua verdadeira imagem e à imagem do país e acredite, Sra. Bastonária, que eu faço votos para que consiga cumprir o seu plano de atividades e orçamento (...).-----

----- Orlando Manuel Barrocas Roque, CC 27483 congratula os presentes pelas medidas apresentadas a levantando duas questões: estando previsto um gasto com a revista Contabilista na ordem de um milhão de euros, se este valor já contempla a redução de gastos anunciada com a emissão em papel. Pergunta quando irá ocorrer a descentralização da Ordem para todo o país, uma vez que nada consta a este respeito no Relatório de Atividades.-----

----- Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094 perguntou sobre a gratuitidade do TOOnline para os Contabilistas Certificados.-----

Domingos Queirós Martins CC 2596 perguntou como será o atendimento presencial onde não exista representação da OCC. Pretende ainda saber o que a Sr Bastonária pretendia dizer com "prata da casa" no que se refere ao controle de qualidade.-----

José Domingos São Bento Rodrigues CC 2445 saudou a Sra. Bastonária pelo discurso que teve por ter sido positivo. No entanto, constata que no Plano e Orçamento que não há uma única rubrica que baixe os gastos com a exceção das imparidades. Havendo um acréscimos nos gastos de 532 mil euros estando ainda por considerar os gastos com as Comissões. Refere ainda que não encontra refletido no Orçamento a verba de 1€ por cada quota mensal aprovada em Assembleia no ano de 2005. No que concerne com a futura criação da Comissão de Apoio ao Contabilista em Prática Individual alertou que enquanto membro do Controle de Qualidade existem vários colegas a trabalhar em regime de trabalho por conta de outrem, alguns a receber 500 euros mensais, trabalhando 12h por dia. Sugere que devia existir um contrato colectivo de trabalho que defenda os contabilistas.-----

----- Vítor Lino Soares Martins CC 24253 sobre uma possível delegação em Beja defendida por



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

alguns colegas desta Assembleia, lembrou que a anterior Direção da Ordem decidiu propor e foi aprovado na Assembleia em Beja 20 milhões de euros para comprar a Universidade Independente. E nessa altura nenhum destes colegas de manifestou a favor da criação de uma delegação na mesma cidade. Referiu que durante muitos anos *"lutou sozinho"* e que neste momento se sente reconhecido e felicita a abertura democrática e gestão participativa da atual Direção. -----

----- Orlando Manuel Barrocas Roque, CC 27483 em resposta ao comentário do colega Vítor Martins mencionou que não esteve presente na Assembleia de Beja e que se tivesse estado que teria votado contra. Defende que sejam abertas delegações *"para que todos os colegas do país tenham os mesmos direitos que Lisboa e Porto onde existem delegações da Ordem."* -----

----- António Manuel dos Santos Nabo CC 9593 entende que o Plano de atividades é *"um desafio gigantesco"* o qual comparado com os últimos 10 anos é aquele que tem mais ações, apelando para que o mesmo seja aprovado por unanimidade. -----

----- Maria Teresa Eva das Neves CC 19591 apela a que o Plano de Atividades seja votado favoravelmente por unanimidade. -----

----- Hugo Manuel Moreira Luís CC 19591 cumprimentou os presentes e saudou a apresentação. Recomenda que a Ordem tenha um papel mais interventivo junto do Governo para efetiva implementação do SNC-AP que *"tem andado a várias velocidades"*. -----

----- Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094 mencionou *"Antes de mais, tivemos uma excelente apresentação. Isso, não haja dúvida nenhuma, até porque todos nós reconhecemos os dotes de formadora à colega Paula Franco... E não só, mas falando esses... Mas eu estava à espera de ver no plano de atividades e orçamento e na apresentação aqui, o reflexo da alteração estatutária. Nós temos hoje em dia um novo... E aquilo que ouvi foi, numa apresentação, basicamente, o modelo passado do anterior Estatuto. Nós temos, por força da Lei 2/2013, uma separação de poderes entre todos os órgãos e inclusivamente o próprio Estatuto diz que os órgãos são eleitos de forma independente e separada. O legislador quis que cada um dos órgãos tenha uma dignidade idêntica ao dos outros e nenhum dos órgãos se sobrepõe aos outros nas suas funções específicas, como é óbvio. Portanto, eu estava à espera de saber o que é que o Conselho jurisdicional vai fazer de atividades, nomeadamente, nesta nova competência que ele vai ter, que é velar pela legalidade da Ordem. Eu gostava de ter ouvido o colega Armando Marques a falar o que é que o Conselho jurisdicional vai fazer, até porque ele também foi eleito separadamente como os outros todos e a mesma coisa do Conselho fiscal e, já agora, também aqui da Assembleia Representativa, porque é este o modelo estatutário em que estamos. Não é o modelo anterior. Isto é na minha opinião. Portanto, só vi aqui as atividades do Conselho Diretivo, e bem. Eu pergunto, é possível isso ser feito? É possível todos nós e os membros saberem o que é que os restantes órgãos, num documento simples, vão fazendo nas suas atividades concretas, na sua actividade? Porque eu penso que não vi isto aqui. Corrijam-me se eu estiver enganado. E depois também os custos de funcionamento de cada um dos órgãos. Ponto um. Ponto dois... E está aqui, obviamente, muita coisa, como já foi dito, que se for concretizado é excelente e muita coisa que já há muitos anos muitos defendem e muitas candidaturas, desde 2010, que eu recordo-me vivamente de já lá ter muitas coisas que estão aqui. Portanto, se for concretizado, excelente. Até se houver uma coisa ou outra que não seja, nada a dizer. Mas eu tinha aqui algumas questões. O primeiro ponto, na formação, embora de uma forma*



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

diferente, que o colega João Colaço já expôs, o anterior Estatuto tinha uma visão tutelar dos membros, na minha opinião. Este Estatuto tem uma visão regulatória, o que significa, na minha opinião, que nenhum de nós que está aqui, que é membro dos órgãos, seja quem for, pode em algumas matérias que não estão devidamente vertidas na lei pode dizer aos membros que vocês têm que fazer isto ou aquilo... E estou concretamente a falar da formação. Não está no Estatuto a obrigação, não está uma imposição dos membros fazerem formação obrigatória... E isto leva-nos aos créditos que eu estava à espera que já tivessem desaparecido. Portanto, eu pergunto, vão continuar ou desaparecem? Porque eu não... Eu não percebo como é que é possível... Se todos os membros são em teoria profissionais competentes e responsáveis e até prova em contrário, são, como é que se pode impor a pessoas profissionais responsáveis e competentes que façam X número de créditos? Aqui, créditos de formação, quando se calhar eles até os fazem em muitos lados ou não, mas isso é outra questão, que uma certificação de qualidade ou outros processos podem lá chegar. Portanto, isso, eu pergunto. Segundo. Uma coisa que tem a ver com a atitude da Ordem relativamente às questões fiscais e a questão para mim, que talvez é a mais importante neste momento do que até o calendário fiscal, que é o SAF-T da contabilidade. O SAF-T da contabilidade diz, "Ah, isto é dos empresários", é verdade, mas é o nosso trabalho que vai ser disponibilizado e que por via do desenvolvimento técnico já está no mercado soluções de gestão em que as empresas software, para efeitos de gestão, puramente, dizem aos empresários, "Peça ao contabilista o SAF-T da contabilidade e... Para você depois ver como é que vai o seu negócio", e deixamos de ser nós os responsáveis para acrescentar esse valor, para passar para mão, neste caso, do software (imperceptível) e a seguir da AT. Sendo que a AT, como sabemos, quer começar a pré-preencher a IES, que por enquanto ainda lá têm as contas das empresas que, por acaso, são da nossa responsabilidade. Portanto, qual é a posição da Ordem relativamente a esta questão. Já sabemos que os empresários deviam de ter a deles, deviam ter a deles. Mas, uma vez que na minha opinião isto nos penaliza, qual é a posição que a Ordem vai defender nesta matéria e, aliás, quem me alertou para que isto era dar o nosso ouro principal, que é o nosso trabalho, à disposição da AT, até foi um colega que está sentado mais à frente e não foi eleito pela lista do que eu. Por fim, uma outra coisa que também eu acho relevante. Este sector tem funcionado ao longo dos anos com demasiados desentendimentos entre as pessoas que estão nas diferentes organizações do sector e eu defendo há muito tempo que devia de haver e devia de ser a Ordem a promovê-la... Um trabalho conjunto articulado, respeitando as diferenças de todos e todas as associações. Eu às vezes até penso que existia um tabu ou que era mal visto por parte de direcções anteriores quando outros lá fora, fora da Ordem, faziam trabalho, por exemplo, junto do poder político... Quando nós vimos, ainda recentemente, nas audições parlamentares, que houve uma iniciativa que nasceu no parlamento por causa dos cento e vinte e dias e meteram uma coisa na lei que é imprescindível e que esse trabalho, a grande essência de mobilização do parlamento derivou de outras... Outros Contabilistas Certificados que não em funções na Ordem foram lá fazer... E também se verificou que o parlamento gostou de saber que havia nove Contabilistas Certificados de várias proveniências a defender todos a mesma coisa. Portanto, a pergunta é, há disponibilidade? Haverá essa vontade de promover esse diálogo com todos para que os caminhos e os objetivos da profissão passem a ser trilhados em conjunto com quem está dentro da Ordem com os que também estão lá fora a funcionar?-----



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten initials or signature in black ink.

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

----- (...) -----
----- Se esta disponibilidade para abrir e colaborar com todos... -----
----- (...) -----
----- Nomeadamente, associações e até outros grupos informais que existem e que gostam e têm esse prazer em trabalhar pela profissão, porque já aqui foi dito, todos contam... -----
----- (...) -----
----- Unidos seremos mais fortes. É preciso honrar o passado, identificar o futuro e agora nós... Ou seja, agora nós, contabilistas... E tudo isto é preciso. Obrigado. -----
----- O Presidente da Mesa solicitou à Sra. Bastonária que responda a todas as questões dando-lhe a palavra e pedindo que fosse breve na sua intervenção. A Sra. Bastonária disse: -----
----- "Eu vou tentar ser o mais breve, mas há aqui algumas considerações que terão que ser feitas, não é? Começando na primeira questão da formação que, aliás, foram dois colegas que questionaram, o colega João Colaço e já... E penso que também o Vítor Vicente... Mas eu já me perdi nas questões, mas sobre a questão da obrigatoriedade da formação e dos créditos. Eu não concordo que não seja legal. Eu não concordo que não seja legal porque nós temos o Estatuto connosco e sabemos ler o Estatuto, cada um à sua maneira e terá as suas interpretações, mas a lei é lei... E o que diz o novo Estatuto é que até que sejam aprovados os novos regulamentos se mantêm os anteriores. Os colegas, e bem, numa assembleia geral não os quiseram aprovar e, portanto, os anteriores regulamentos mantêm-se em vigor até à aprovação de novos. É isto que diz a norma transitória do nosso Estatuto e, portanto, está clara, objectiva... Se já devia ter sido aprovada? Já. Chumbou-se numa assembleia, entretanto houve um período eleitoral e agora levaremos novamente à aprovação os novos regulamentos e a consulta pública, mas o que diz o Estatuto nas disposições transições é claro, claríssimo sobre esta matéria e, portanto, qualquer um dos colegas têm acesso ao Estatuto... Eu posso-vos dizer qual é a norma, se tiverem dúvidas sobre a mesma... artigo 5.º, disposições transitórias, em que diz concretamente, "Os regulamentos aprovados ao abrigo do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas aprovado...", tal, tal, tal, "... que não contraria o disposto na lei...", e não contrariam, na Lei 2/2013, que é a Lei de Bases, não diz que se pode obrigar a formação, portanto, não contraria, "... e no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados...", também não diz que não se pode, "... que consta do anexo um, mantêm-se em vigor até à publicação dos novos regulamentos. Portanto, é isto que está aqui claro. Portanto, eu não concordo com a limitação dos créditos, eu não posso deixar, nem concordar com quem diz que está ilegal porque não está. O nosso Estatuto é claro, é ele que nos rege. É ele que aqui está e, portanto, uma coisa é o que desejamos, outra coisa é a realidade e a legalidade. Eu sou das pessoas que mais pugna e pugnarei sempre pela legalidade. Eu posso não concordar com as normas, eu posso não as querer, mas está e temos que cumprir e aquilo que está é isto. Esta nova direcção pode decidir suspender, neste caso, a questão da formação? Pode. Mas só por uma razão. Porque é das poucas competências que o Conselho Diretivo tem. O Conselho Diretivo tem competências de definir as regras da formação sem sequer vir à aprovação aqui à Assembleia Representativa. Todos os outros regulamentos têm que vir, com excepção do regulamento da formação. E, portanto, se esta nova direcção assim o entender e decidir definir créditos obrigatórios poderá fazê-lo sem vir aqui à assembleia aprovar, que é o que está no nosso Estatuto. Agora, se me perguntam a minha opinião pessoal... Eu não gosto de



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

obrigatoriedades em relação a matérias de formação. Eu acho que a responsabilidade é nossa e nós somos crescidinhos o suficiente para saber que temos que cumprir e que devemos... E que sem formação esta profissão não pode andar para a frente e que cada um de nós que trabalha na área não o pode fazer sem formação. Agora, eu também acho que ainda estamos numa fase que ainda não atingiu a maturidade nesta matéria e eu posso-vos dizer que eu estou na Ordem, como sabem, há muito tempo e acompanho estas matérias da formação, porque era formadora, e antes da obrigatoriedade dos créditos a formação da Ordem tinha muito mais gente. Portanto, aqui não é uma questão de se querer ou não. Agora, há uma responsabilidade, numa Ordem desta dimensão, com a necessidade de formação que nós temos, em cautelar que os membros mais descuidados... Como disse o colega Vítor Vicente, todos nós somos responsáveis... E era bom acreditar que sim, porque aí não precisaríamos nem de controlo de qualidade, nem de formação, nem de nada, porque cada um era responsável para fazer sozinho... Mas uma instituição que regula uma profissão também tem que orientar a profissão naquilo que entende que pode melhorar o que cada um pode ser menos responsável e aqui a questão da formação ainda é uma questão que a maturidade ainda não foi alcançada. Gosto de obrigatoriedades? Gosto de créditos? Não. Eu gostaria de os tirar? Gostaria. Temos que analisar para ver se a profissão já está no nível de maturidade que permita retirar esta obrigatoriedade. Agora, eu só vos posso dizer, não é ilegal e pode permanecer mesmo com a aprovação de novos regulamentos, porque o da formação só respeita à direção e a direção assim o pode decidir. Não precisa de estar no âmbito do controlo de qualidade, como está atualmente com interligação, poderá estar noutro âmbito. Portanto, se nós estivéssemos a falar da ilegalidade disso, estaríamos a falar de ilegalidade de tudo aquilo que foi feito com os anteriores regulamentos e que se mantiveram em vigor, o que não é de todo verdade e as verdades são também para ser esclarecidas. Do ponto de vista dos € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) e respondendo ao colega, o que aconteceu não foi no ano passado, isto já foi um orçamento de há alguns anos, em que houve, de facto, uma alocação de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) ao fundo de pensões quando houvesse disponibilidade de tesouraria para o fazer e, pronto, não tem existido, efetivamente, e nunca se cumpriu. Não temos isso contemplado no orçamento. Nem contemplaria. Temos esta preocupação de cumprir algo que ficou decidido e que daremos cumprimento. Mas como lhe disse, há uma questão mais importante antes. É perceber a rentabilidade deste Fundo se é este Fundo que queremos para o futuro, antes de lá pôr os € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros). Ele existe, mas tem tido rentabilidades, umas melhores, outras piores... Enfim, não é dos piores, mas eu não acho que tenha tido o retorno e que seja aquilo que era expectável por todos nós e, portanto, acho que deve ser analisado, numa discussão pública, provavelmente, em que vamos promover essa discussão pública para saber se efetivamente este fundo de pensões tem algum retorno, tem alguma lógica, está a ter aquilo que se gostaria ou se o valor das rendas que está alocado... Das rendas de 24 de Julho que está alocado ao fundo das pensões está a cair ali num Fundo que, no fundo, vai ser um fundo perdido que não nos dá nada a nenhum de nós, nem que se ponha quinhentos, nem um milhão, nem dez milhões... E, portanto, é isto que temos que analisar antes de tudo. Os duzentos e cinquenta estão lá, estão previstos, nós respeitaremos todas as decisões do passado e essa decisão foi aprovada em assembleia, mas antes de o fazer não tenha dúvida que vamos, em primeiro lugar, analisar o produto em si e se é isto que



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

queremos mesmo para o futuro, porque não vamos desperdiçar € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) para pôr ali em algo que ninguém vai ter de retorno. Portanto, isso é uma matéria que vamos ter avaliar e vamos avaliá-la. Agora, temos recursos, vamos pôr já os duzentos e cinquenta mil? Não. Eu digo-lhe já que não. Não, por este motivo. Porque eu não acho que seja a melhor opção para os contabilistas. Temos que estudar, eu tenho que analisar aquele Fundo, temos que perceber, temos que, se calhar, pôr ali um bocadinho em discussão pública esta questão para saber se, efetivamente, esta é a melhor solução para os € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) e caso a decisão seja contrária a esta, então vamos discutir aqui e se calhar vamos anular a decisão que foi tomada por uma assembleia anterior. Portanto, estamos aqui todos para nos ajudarmos uns aos outros, para decidirmos e eu acho que este é ponto real, quer dizer, nós não sabemos se aquele Fundo... Eu não acho que aquele Fundo, por aquilo que eu tenho avaliado... Se calhar daqui a cinquenta anos ou cem anos, estará a ter a rentabilidade desejada... Para não me parece... Portanto, eu sinceramente não me parece que aquilo seja aquilo que era expectável no princípio e, portanto, vamos estudar, vamos analisar e vamos ter a certeza que os € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) se forem para lá têm algum... Uma razão de ser que retorne para os contabilistas. Isso, seguramente faremos, está bem.

----- (...) -----

----- Enquanto não limparmos as contas caucionadas de um milhão e oitocentos, não descansaremos. Esta direção tem este grande objetivo. E, portanto, a seguir isto foi alocado, foi uma decisão em assembleia geral que respeitaremos, mas eu tenho muitas dúvidas que vá parar ao fundo de pensões. Mas, pronto, isso já é uma questão mais profunda. Em relação aos incrementos... Quê... De prestação... De o que é que é... De serviços informáticos do TOConline, portanto, a questão dos serviços informáticos. Bom. Os serviços informáticos, de facto, também é uma rubrica que aqui está contemplada, tem a ver com o TOConline, mas não se esqueçam que o TOConline não tem investimento nenhum relacionado com as nossas quotas. Ele neste momento é auto-sustentável. Agora, ele tem que ter investimento e, portanto, o gasto que tem e os rendimentos que lhe estão alocados e o retorno que há para os contabilistas tem a ver com a sua própria rentabilidade. Neste momento... A Ordem e as quotas dos membros, que contribuíram no início... E neste momento já todo o investimento foi recuperado e aquilo que está a ser o investimento que estamos a fazer é tudo com os meios do próprio TOConline. A Ordem não tem que ter lucros, nem rentabilidade com o TOConline. O TOConline é uma ferramenta para ajudar os contabilistas. É uma ferramenta que tem que ter desenvolvimento para originar o tal grande caminho que nós temos que também é um dos grandes objetivos, que é a parte do desenvolvimento informático e de alcançarmos uma era digital completamente diferente daquela que temos agora, mas é com autossustentabilidade que é neste momento o ponto em que estamos. O problema do TOConline é um problema que tem que ser resolvido de fundo, tem que ser resolvido com as outras software (imperceptível), com quem temos falado e que temos o problema bem orientado, porque nós queremos todas as software (imperceptível) a trabalhar em conjunto para aquilo que é o resultado final que é servir o contabilista, ter softwares informáticos que sirvam o contabilista e que vão de encontro às necessidades dos contabilistas. O TOConline só servirá sempre como veículo orientador. Este é o nosso objetivo e a razão porque vamos manter o TOConline. Quanto à questão de criar valor, eu não



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

me lembro de ter dito essa questão. É uma questão que todos falamos. Criar valor é sempre relativo. Criar valor nas empresas, criar valor... Eu acho que todos quando criamos valor, criamos valor a tudo, porque se as empresas forem rentáveis e sustentáveis, nós também teremos melhores avenças e seremos sustentadas... E, portanto, a criação de valor são chavões, mas são chavões que têm algum sentido e, portanto, eu não creio que o dizermos que, "estamos fartos de ouvir a mensagem do criar valor", nos possa, de alguma forma, prejudicar a nossa forma de estar. Porque as empresas se forem rentáveis e se nós ajudarmos a ter informação rentável e a serem sustentáveis, porque a maior parte das empresas não é sustentável porque efetivamente há pouco trabalho prévio feito pelos empresários e que nós, que somos conhecedores destas matérias, poderíamos ajudar mais? Podíamos. E se tivermos clientes ou empresas mais sustentáveis, teremos nós também maior sustentabilidade. Portanto, é uma questão discutível. Isso, poderíamos estar aqui a discutir horas. Quanto ao sorriso, eu gosto muito de sorrir. Lamento. Eu não sou cinzenta. Eu não sou... Eu gosto de sorrir. Pronto. É a minha forma de estar. Eu respeito perfeitamente quem não goste. Eu sou otimista por natureza, mas aqui eu não estou só a ser otimista. Eu tenho a certeza, e falaremos daqui a um ano, um bocadinho antes, em Dezembro, sobre a concretização da maior parte destas ações. Eu sou otimista, mas também sou muito firme naquilo que eu quero e nas minhas convicções e, portanto, pode acreditar que tudo o que está ali vertido nós vamos concretizar e isso não duvide e com um sorriso na cara também. Isso é parte... Faz parte de mim... E, portanto, eu não o posso deixar em casa. Lamento. Depois a questão do cumprimento do orçamento, eu não tenho dúvidas, poderá ficar um ponto ou outro por cumprir, mas vai ser cumprido, não tenha muitas dúvidas dessa situação. A questão da revista não está contemplada a passagem para meios informáticos, porque também agora começamos agora com a ação, não sabíamos qual ia ser o grande objetivo, mas, de facto, é um valor enorme aquilo que se gasta com a impressão da revista e com o envio da revista e, portanto, se efetivamente... E é o que se está a concretizar, é que a maior parte dos colegas não quer a revista em papel. Vamos ter uma poupança enorme. Não há dúvida. E poderemos alocar a outros recursos. Quanto aos gastos em termos gerais e porque é que não há a redução de gastos quando queremos tanto a poupança? Nós quando queremos redução de gastos não é para ficar com eles em carteira. Para além da gestão de tesouraria ficar equilibrada nós queremos é poupança de gastos para alocar aos recursos que entendemos que os contabilistas precisam neste momento e por isso não é para com gastos... Com dinheiro em carteira. Os gastos existem e vão existir, vão é ter outras alocações e, portanto... Mas, de qualquer maneira, já têm uma verba prevista para comissões de quatrocentos e quarenta e dois mil euros. Portanto, já há uma verba prevista, embora, como lhe disse, as comissões só vão iniciar mais para final do ano e mais... Quando efetivamente todas estas situações estiverem mais equilibradas, mas que iniciarão quando forem necessárias criar e quando forem necessárias tomarem-se iniciativas nesta matéria. Não vamos é começar nada só porque vamos criar comissões para criar não sei quantos lugares para pessoas. Não. Isso, não contem comigo porque aqui só vai ser criado aquilo que for necessário para os contabilistas e aquilo que for estritamente direcionado com recursos para os contabilistas. Portanto, se precisarmos trabalhar uma área criaremos a comissão para essa área, para ir de encontro aos contabilistas. Não é para criar nem comissões, nem lugar. Isso, lamento, mas não contem comigo. Em relação à delegação Beja, colega, lamento, mas vai ter que aprovar o orçamento, porque nós tencionamos ter a delegação de



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

Beja até ao final do ano. Vamos lá ver. É um objetivo. Não está no orçamento, mas foi pena no orçamento participativo não ter feito essa proposta, mas nós temos esse compromisso, foi um compromisso eleitoral também. Não está... Está a nível de gastos, portanto, temos aqui uma rubrica prevista, mas não em concreto em relação a locais específicos, mas nós queremos descentralizar e queremos, efetivamente, que todos aqueles concelhos que não têm delegação passem a ter uma parceria. Não queremos ter custos elevados e, portanto, é exatamente isso que disse. O que vamos procurar é parcerias com entidades e, desde já, lhe agradeço estar e poder intervir nesse aspecto... E noutros locais também já temos muitos colegas a disponibilizarem-se para esse efeito e o que vamos querer é, de facto, provavelmente, a partir de Setembro, iniciar já o pós-férias com reuniões livres e ações mais desenvolvidas em todos os locais, que já serão permanentes da Ordem e, portanto, olhe, se é por aí, vai ter que votar a favor. Depois temos a questão do TOConline gratuito. Não é uma situação que eu acho que seja exequível este ano e, portanto, a alocação destes recursos não serão para este fim. É um objetivo que temos, porque consideramos, acima de tudo, que o TOConline é uma ferramenta indispensável e necessária e se o contabilista precisa dela para trabalhar, esse é um objetivo. Vamos ver se é possível ou não concretizá-lo este ano. Eu não creio que seja uma questão fundamental. Quanto à questão do atendimento presencial em todas as delegações. Oh colega, isto vai ser feito e como é que pretendemos fazê-lo? Vai ser feito. Já temos experiências do passado de se ter tentado fazer. É obviamente deslocando alguns dos formadores ou das reuniões livres ou a próprios colaboradores internos da Ordem a fazer este atendimento presencial. Em vez de ser diário, será uma vez por semana ou uma vez de quinze em quinze dias, conforme as necessidades dos locais. Não me parece a mim que haja qualquer tipo de dificuldade na gestão deste processo.”-----

----- Informou ainda que vamos ter delegações em todos os distritos e portanto:-----
----- “Portanto, a questão das delegações em todos os distritos a partir de Setembro, como disse, e, portanto, esta situação facilmente será resolvida em consonância. Quanto à questão dos concelhos... E também é importante porque nós vamos ter descentralização. De facto, as sedes de distritos é que têm alocado todas estas situações e os restantes Conselhos têm-se queixado muito desta falta também de descentralização dentro dos próprios distritos e por isso nós vamos reforçar muito, mesmo a nível de formação, esta descentralização que deve haver dentro dos próprios distritos. Inclusivamente, reuniões livres deslocadas para outros concelhos. Não quer dizer que seja sempre, mas ocasionalmente teremos que fazer aqui uma maior rotatividade, porque a descentralização é algo que queremos promover. A questão do controlo de qualidade com a prata da casa. Não vamos resolver a questão do controlo de qualidade com a prata da casa. Até poderia ser, mas não é essa a nossa opção. O que eu disse é que o controlo de qualidade em termos de comissão para estruturar tudo aquilo que vai ser a nova forma de atuar do controlo de qualidade vai começar perto do final do ano para ser implementada na prática em 2019 e, portanto, aí não será com a prata da casa, com a prata da casa será agora, naquilo que temos tudo... Do calendário fiscal, de todas estas ações que temos previstas para o mês de Maio, porque depois cada mês que passa conseguiremos e já estaremos a tratar de questões que já possam envolver outro tipo de alocação de recursos. Não se esqueçam que uma boa gestão e uma boa alocação de recursos faz milagres e é isso que tencionamos fazer, alocar os recursos no sítio certo, sem dar oportunidade de ninguém se aproveitar dos bens da Ordem é tudo aquilo que vamos fazer e garanto-lhe que com isso pouparemos muito



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

dinheiro e teremos muitos recursos para alocar aos contabilistas. Portanto, não vamos baixar gastos, vamos alocá-los de forma diferente. Portanto, acho que já respondi a isso. A questão do fundo de pensões, também penso que já ficou respondida com a pergunta ao colega que já... Que já disse... É uma questão que tem que ser analisada de base. Eu não creio que tenha viabilidade, confesso, e por isso vamos todos olhar para isto de outra forma. Quanto à questão do euro. Eu aí sou muito mais pragmática e para além disso eu sou contabilista, como todos vós. Se um orçamento aprova a alocação de um euro de uma quota a determinada situação, no outro ano teria que a alocar novamente. Eu não vejo em mais orçamento nenhum essa alocação. Portanto, eu não acho que do ponto de vista legal haja aqui... Podia haver um compromisso do auto aumento da quota versus isso... Mas eu não vejo propriamente que haja aqui uma questão de uma infracção que seja, porque se houvesse uma infracção... E eu estive a analisar isso... Seríamos os primeiros a ver o compromisso, de recolher todos os euros das quotas dos anos anteriores para alocar ao fundo de pensões ou a algo que compense para o futuro. Se fosse isso que estivesse em falta. Não me parece, do ponto de vista da obrigatoriedade, isso esteja em falta. Porque um orçamento obriga para aquele exercício. Não obriga para os exercícios seguintes. Portanto, todos os anos isso teria que ser renovado e não o vejo em orçamento nenhum. Quanto muito, o compromisso do aumento da quota. Mas isso são opções de gestão e já não compromissos legais. A defesa do trabalho individual e da prática individual e dos trabalhadores dependentes dos gabinetes. É, de facto, um problema que nós temos na nossa profissão e, de facto, é uma área que está muito pouco cuidada. Temos as preocupações, tal como temos com todos os contabilistas. Nós preocupamo-nos com todos os contabilistas, não só os contabilistas donos de gabinetes ou que trabalham em gabinetes. Preocupamo-nos com todos. Mas, como sabem, em termos de contrato de trabalho, há um contrato de trabalho para gabinetes de contabilidade que vêm da APECA, obviamente, aplicar-se-á obrigatoriamente aos seus associados, não se aplicará obrigatoriamente, mas pode ser seguido. É verdade que essas áreas são áreas muito sensíveis e que eu diria que já estariam no âmbito de um sindicato, porque aí o âmbito de protecção laboral já extravasa, no fundo, aquilo que são os nossos âmbitos e a regulamentação da profissão e, portanto, temos que ter algum cuidado nesta gestão. Não deixando de ser uma preocupação, porque os contabilistas todos nos preocupam e, por isso mesmo, é que um dos grandes projetos que temos para este ano tem a ver com a melhoria da qualidade de vida dos contabilistas, passa por melhoria das avenças porque... Porque é que também os escritórios pagam mal aos contabilistas e pagam esses ordenados miseráveis? Muitos deles não têm estrutura porque não levam avenças. Isto tudo é... É uma questão que toda ela anda em circuito. Eu contrato pessoas a € 500,00 (quinhentos euros), pois, para poder levar avenças baixas, porque não consigo levar mais... Isto é tudo uma situação que tem que ser resolvida de base, porque anda tudo uma atrás da outra e é uma situação que nos preocupa socialmente e que nos preocupa em termos da defesa dos contabilistas. Embora tenhamos limitações em termos de âmbito de actuação pela regulamentação da profissão e não por agirmos noutras áreas. Mas não deixaremos de olhar para esses casos e não deixaremos de acompanhar esses casos e é verdade que o controlo de qualidade é que trouxe muito ao de cima todos esses problemas de trabalho precário que existem na nossa profissão e que estaremos muito atentos a resolvê-los e a implementar... Agora, isto passa por mudanças de mentalidades dos próprios empresários em dignificar os seus próprios gabinetes com melhores avenças para poder também



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

criar melhores condições para os seus colaboradores. Portanto, isto passa por uma mudança grande de mentalidade, que é o queremos implementar. Não é... É difícil? É. Esta parte eu diria que é difícil, mas não desistiremos e tentaremos fazê-lo e, pelo menos, daqui a uns anos já teremos o resultado das tentativas que faremos desta mudança de mentalidade, para que todos nós consigamos viver melhor e viver melhor significa também dar melhores condições a todos os nossos colaboradores. Do ponto de vista... De Évora, está... O que é que foi... Ah, a questão da assembleia de Évora é também a questão do euro. Para mim esgotou-se aí. Não, a de Évora é a questão da aprovação da compra da outra sede. Mas, pronto. Esse compromisso já está feito, porque nós vamos ter uma delegação em parcerias, portanto, vamos procurar a ajuda de associações empresariais, portanto, não queremos ter grandes, para já, encargos com essas situações, mas procuraremos soluções. O contabilista público e os problemas do contabilista público. É um problema que, como já vos disse ali na apresentação, vamos resolvê-lo, tudo faremos para o resolver e iremos até às últimas consequências. É assim, não há dúvida que eu acho que todos nós temos noção de uma coisa. Enquanto não existirem Contabilistas Certificados na contabilidade pública, a contabilidade pública nunca tem sucesso e isso é uma realidade. Porque é que falhou muito dos planos sectoriais do passado? Porque é que falharam? Porque não havia a obrigatoriedade de um contabilista como responsável e, agora, se o SNC-AP for por outras opções que não esta, não terá sucesso. Mas eu acho que... Já passaram dois anos em que o sucesso não foi grande... Não teve grandes resultados para se aperceberem que isto é uma realidade e, portanto, acredito que este ano vamos ter grandes resoluções em relação a essa matéria. A Ordem estará cá a partir do momento em que fizer este acompanhamento e forem Contabilistas Certificados para interferir. É óbvio que as contas públicas são muitíssimo mais importantes que as privadas e que um contabilista certificado tem que estar nas entidades públicas para garantir a imagem verdadeira e apropriada dessas mesmas contas. Isso não temos dúvida nenhuma e, portanto, o caminho tem que ser esse e é só por esse caminho que iremos batalhar. Em relação à separação dos órgãos e de poderes e da apresentação do plano de contas. Eu percebo o que o colega Vítor Vicente diz, mas a questão é que nós também não podemos extravasar muito aquilo que diz o nosso Estatuto. O Estatuto não prevê isso. Se a assembleia de representantes quiser apresentar um orçamento próprio e quiser apresentar um plano de atividades, não pode, porque não está previsto, não é da sua competência. Por muito que custasse, mas não é. É o que está definido no Estatuto. Se quisermos (imperceptível) o Estatuto. Isso é outra questão. O que está definido no Estatuto é que estes órgãos não têm essas competências e, portanto, o orçamento é apresentado pelo Conselho Diretivo e... É apresentado pelo Conselho Diretivo e inclui os gastos alocados e necessários para a execução quer do Conselho fiscal, que estão no âmbito das remunerações, quer no Conselho jurisdicional e, portanto, eles têm um plano de ação, com certeza interno, o Regimento do Conselho jurisdicional já está elaborado e já nos foi entregue, já nos foi dado conhecimento e, portanto, aqui terão que fazer o mesmo e cada um terá as suas competências e as competências que o Estatuto lhe permite ter são órgãos independentes em termos de eleição, mas não são órgãos independentes em termos de ação. O plano de ação é do Conselho Diretivo e é o Conselho Diretivo que o está a apresentar. Mas não quer dizer que não possa ser uma sugestão acolhida no próximo ano e voluntária destes órgãos, sem ser com cariz, digamos assim, de termos que o aprovar, etc., porque não há nada para aprovar, nem se pode, porque extravasa o Estatuto, mas por simpatia o



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

Conselho jurisdicional e o Conselho fiscal apresentarem o seu plano de ação, porque orçamento nem sequer podem ter. E por isso fica a sugestão, que não me parece que seja, nem de aceitar, nem de não aceitar. Pronto. Quanto à questão... E para acabar... Também levantou a questão da formação. Eu já tinha dito que não há nenhum incumprimento e para além de ler a norma transitória do Estatuto que refere que o regulamento ainda se encontra em vigor em tudo o que não contradizer o Estatuto".-----

---- (...)-----

----- Sobre a questão da formação, a Sra. Bastonária referiu que:-----

----- "Para além de já ter referido da norma transitória que não traz ilegalidade nenhuma a exigência dos créditos, eu vou ler também o artigo 54.º, alínea n), que é o artigo das competências do Conselho Diretivo sobre a questão que vos tinha dito há bocado, quem tem competência para regular a matéria da formação é exclusivamente o Conselho Diretivo e que diz que, "O Conselho Diretivo deve deliberar sobre a instituição e regulamentação de sistemas de formação profissional", e, portanto, é isto que o Conselho Diretivo irá fazer. Irá aprovar em conformidade com aquilo que melhor for para a formação. Eu não gosto de obrigatoriedades, eu não gosto dos créditos, mas eu não sei se temos maturidade já, nesta fase, para fazer esta separação. Seria muito mais fácil para a Ordem fazer essa separação. Não perdia em termos de formação. Aliás, quem perdia eram todas as outras entidades que andam à volta da Ordem a ganhar dinheiro com esta questão. Portanto, é uma questão que vamos amadurecer e que até é possível que venha a acontecer, mas tem que ser estudada e analisada. Não nos precipitaremos em nenhuma questão. Isso, vos posso garantir. Quanto à questão do SAF-T da contabilidade e dos empresários. Eu acho o SAF-T da contabilidade uma perfeita promiscuidade. Agora, daí a nos tirar trabalho, é só quem não tem noção de o que é um trabalho do contabilista é que pode pensar que isso vai ser... Que nos vai tirar o ouro. Não vai tirar ouro nenhum. O nosso know-how ninguém nos tira. Isso é informação e a informação é trabalhada com aquilo que nós quisermos. Claro que os softwares informáticos estão cada vez mais preparados e detalhados para trabalhar a informação e para nos dar informação automática. Mas o contabilista tem o seu know-how. A decisão... A decisão do registo, a decisão do reconhecimento, passará sempre pelo contabilista. Não vamos estar aqui com fantasmas e a questão de pôr em causa a profissão e o futuro da profissão. Vamos... Vamos preparar-nos para nos ajudarmos uns aos outros, trabalharmos afincadamente e dignificarmos esta profissão e tornarmos esta profissão num nível em que qualquer pessoa que recorra a um contabilista o recorra sempre com o respeito necessário por esta profissão. Isso é que é mais importante do que estarmos a olhar para fantasmas que podem vir para o futuro. Trabalhar com outras associações em diálogo. Nós estamos sempre abertos. Nós trabalhamos essencialmente com contabilistas. As outras associações, estaremos abertos a tudo aquilo... Aliás, esta iniciativa que está a decorrer agora, em termos do observatório... Foi o Observatório Cívico que propôs e que está a decorrer na Assembleia da República... Como sabe, eu fui lá apoiá-la e tenho-me manifestado... Aliás, há bocado, se derem conta, eu saí cinco minutos porque hoje é o último dia para apresentar propostas sobre esta alteração eu tenho estado a acompanhar tudo o que se tem estado a passar sobre esta medida com os grupos parlamentares. Portanto, eu tive que sair mesmo porque era uma questão de maior relevância para a profissão e por isso saí cinco minutos e a seguir foi o Dr. Amândio resolver o resto do problema. Portanto, nós estamos aqui, estamos a atuar, não é uma



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

medida da Ordem... Aliás, por acaso é, porque ela inicialmente até era da Ordem, mas quem a propôs agora em termos de Assembleia da República foi o Observatório Cívico, um grupo de colegas, de contabilistas, que respeitamos, como respeitamos outros. Agora, lá está, todas as instituições nos merecem o melhor respeito e credibilidade. Por isso, estamos sempre abertos, mas acima de tudo nós tratamos e trabalhamos é com contabilistas, mas estamos abertos a tudo isso. Aliás, eu sou das pessoas que mais goste de ouvir todas as sugestões e que acolho tudo aquilo que são as propostas, porque só assim é que se consegue chegar e criar valor para a nossa instituição (...) Será sempre dessa forma que nos vamos pautar. (...)”-----

----- Terminado o período de intervenções e resposta da Sra. Bastonária às questões, o Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia o Plano de Atividades e Orçamento anual de 2018, tendo sido aprovado 75 votos a favor, 0 contra e 8 abstenções.-----

----- O João Correia Colaço CC 16 apresentou a seguinte declaração de voto: “(...) vem declarar que se abstém na votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, pois entende que não pode votar favoravelmente um PAO em que é proposto à Ordem participar com a Autoridade Tributária (AT) no desenvolvimento dos Ofícios Circulares e elaborar Notas Interpretativas sobre as mesmas.”---

---- Terminada a votação, o Presidente da Mesa agradeceu a presença da Direção e do Conselho Fiscal, deixando o lugar na Mesa que lhes foi destinada, podendo se assim o entendessem assistir em local reservado aos Órgãos no Auditório.-----

----- Depois de apresentado pela Sra. Bastonária e pelo Presidente do Conselho Fiscal e discutido o Plano de Atividades e Orçamento Anual do ano de 2018, o Presidente da Mesa colocou à votação. Foi aprovado com 75 votos a favor, 0 contra e 8 abstenções. -----

----- j) Apresentação, discussão e votação do Regimento da Assembleia Representativa .-----

----- Foi apresentada pelo Rui Manuel Gertrudes Herdadinha CC 83733, a seguinte proposta antecipadamente remetida por *email* em 18 de abril de 2018 ao Presidente da Mesa, visando a votação do Regimento artigo a artigo, bem como a introdução de um artigo no Regimento da Assembleia Representativa a qual se copia:-----

“Decurso dos Trabalhos

1. A condução dos trabalhos da Assembleia Representativa compete por inerência ao Presidente da Mesa deste órgão, sendo substituído pelo vice-presidente sempre que for caso disso.

2. A participação dos membros da Assembleia Representativa no decurso dos trabalhos da Assembleia deverá ser precedida de pedido expresse ao Presidente da Mesa, cabendo a este conceder a palavra e administrar os trabalhos de acordo com a ordem de inscrições.

3. Todos os pedidos de interpelação, requerimentos, propostas e moções, são obrigatoriamente apresentados por escrito à Mesa da Assembleia e têm precedência relativamente à ordem de inscrições referida no número anterior.

4. No sentido do bom funcionamento da Assembleia, o uso da palavra de um qualquer associado, só poderá ser exercido mediante autorização expressa do Presidente da Mesa, ao qual cabe fazer respeitar as leis vigentes, os estatutos da Ordem dos Contabilistas Certificados ou nos casos aplicáveis os poderes discricionários de que disponha.



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

5. Na votação de novos Regulamentos, Regimentos ou propostas de alteração que, por lei, sejam da competência da Assembleia Representativa, dever-se-á utilizar o método de votação da aprovação do articulado pelo método de "Votação e Aprovação artigo a artigo", após sua apresentação pelo autor ou seu representante, seguida da sua apreciação, e discussão em Assembleia."

----- A referida proposta teve 17 votos a favor, 53 votos contra e 8 abstenções.-----

----- Foi apresentada, discutida e votada uma proposta de criação de uma Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Representativa, pelo Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente CC 37094 nos seguintes termos:-----

---- "Constituição de uma Comissão com 5 elementos efetivos e 2 suplentes, sendo composta por um presidente, um vice-presidente e três vogais, além dos dois suplentes;-----

----- A comissão será eleita por método de Hondt, sendo o Presidente o primeiro candidato da lista que mais votos obtiver e o vice-Presidente da 2ª lista que mais votos obtiver; a eleição será feita por candidatura de listas a realizar durante a presente reunião; a Comissão terá como objetivo no mais curto espaço de tempo possível, apresentar uma proposta de Regimento para a mesmo poder ser apreciada e votada. "-----

----- A referida proposta teve 20 votos a favor, 51 votos contra e 7 abstenções.-----

----- Foram apresentadas duas propostas de Regimento da Assembleia Representativa. A proposta 'A', apresentada pelo Carlos José Castro Alexandre CC 23223 teve o seguinte conteúdo que se transcreve: -----

----- "Muito obrigado. Meus senhores e minhas senhoras, só fazer uma rápida apresentação da proposta designada pela proposta A do Regimento da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados. A figura do Regimento é uma figura que está prevista nalguns locais do nosso direito (...) Desde logo, na Constituição da República Portuguesa, no Regime Jurídico das Autarquias Locais e o próprio Código do Processo Administrativo também faz referência. Sendo que, em particular neste código, é dito que o Regimento é uma faculdade e um direito, portanto, dos organismos colectivos e que são adjuvantes das regras legais e estatutárias de cada um dos organismos. Significa isto, em meu entender, que o Regimento sendo uma faculdade e um direito e não uma obrigação e sendo, portanto, coadjuvante das regras que estão definidas na legislação, não deve nunca contrapor-se àquilo que diz a própria legislação. Ou seja, em meu entendimento, o Regimento deve prestar esclarecimento; ir mais além daquilo que diz a legislação mas nunca contrariar a legislação. Que no nosso caso concreto, como todos sabem, portanto, temos a lei e o nosso Estatuto, portanto, a Lei 139/2015, que, por sua vez, tem como base a Lei 2/2013 e em última análise temos o Código do Processo Administrativo (...) que preenche as lacunas(...) destas leis. Com base neste entendimento e ainda com base no entendimento do regime das autarquias locais que refere que a competência para a apresentação do Regimento, portanto, compete à Mesa, tivemos, enfim, a liberdade, (...) elaborarmos uma proposta de Regimento para vos submeter. Portanto, e foi este... E foi isto que estive no princípio, portanto, da nossa proposta de Regimento. Como terão certamente reparado, a proposta de Regimento que nós preparámos teve como base algumas propostas de Regimento que já circulavam, entre os contabilistas certificados. Numa primeira fase, foi nossa intenção simplificar o máximo possível (...) nunca contrariando os dispositivos legais que já existem... E retirando-lhe, algumas "gorduras" que achávamos que tinha. (...) Foi esse o objetivo a



Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados

que nos propusemos desde o início, de depois recolhermos todos os contributos dos colegas que o quisessem fazer. Felizmente tivemos muitos contributos. Houve mais de uma dezena de contributo (...) estruturados, (...) justificados... E como certamente repararam, entre a nossa proposta inicial e a proposta final há de facto uma grande diferença porque, (...) sem adular estes princípios básicos que eu já vos nos enunciei, tentámos incorporar o máximo de ideias, (...) e o máximo de contributos de todos os colegas. Foi isto que esteve na base da elaboração desta proposta, que eu penso que toda a gente conhece e que submeto, portanto, à assembleia e escuso-me de dizer mais alguma coisa. Se entretanto alguém tiver alguma questão, eu estou à vossa disposição. Muito obrigado."-----
----- A proposta 'B', apresentada pelo Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente CC 37094 teve o seguinte conteúdo que se transcreve:-----

----- "Estamos, então, agora aqui na primeira peça que diz respeito exclusivamente aqui à Assembleia Representativa . Um Regimento que os estatutos prevêem e que dizem que a Assembleia Representativa que deve fazer. Há aqui diferentes visões e nós todos recebemos, salvo erro, eu vou-lhe chamar, na quinta-feira Santa uma proposta emanada pela Mesa. Há um conjunto de colegas que tentaram refletir um pouco sobre isto, com base na sua... Nas suas ideias e com base também em coisas que vieram de outros e uma primeira reação foi dizer que achávamos que o caminho não era por aqui e dissemos isto várias vezes e em vários textos escritos. Mas não é o discurso jurídico que nos interessa aqui. Não é essa a questão. A questão que motivou este grupo de colegas de Lisboa, de Setúbal, de Évora, de Beja, de Faro, de Vila Real, pelo menos... E mais outros que também colaboraram... É contribuir para um Regimento que, efetivamente, dê uma operacionalização à Assembleia Representativa , que possa servir a profissão no máximo das forças de cada um de nós e das vontades. É isto que está em causa. Não é nem mais nem menos. Obviamente com as opiniões de cada um, com as visões de cada um e haverá visões diferente e visões iguais. Isso não está em questão... E, portanto, nós no dia 4 de abril dissemos isso ao Sr. Presidente da Mesa. No dia 5 de Abril enviámos uma primeira versão do nosso... Da nossa reflexão... Que no dia 10 de abril, salvo erro, ou onze tivemos uma reunião com o Sr. Presidente, aliás, com o Sr. Presidente, com o Vice-Presidente e com... Por... Só por uma questão de simplicidade é que eu não estou a dizer os nomes, atenção, não levem a mal... E com o colega Secretário... Na Ordem... Para onde convidámos, uma vez que, o texto original era de candidatos que tinham sido eleitos pela lista D, convidámos também para presentes colegas da lista B e da lista C, e foram eleitos por essas listas, até porque isto é um assunto transversal e, assim, de alguma forma estarem presentes pessoas que emanavam, em termos das eleições, dos quatro... Das quatro listas... Que elas não existem mais, porque as listas é algo que existe enquanto eleições. Ponto. Até aqui estamos todos de acordo. Mas, existe uma diversidade nesta Assembleia Representativa e a diversidade não é má, pelo contrário. Há homens, há mulheres, há da Madeira, dos Açores, de Lisboa, do Porto, por aí fora... E uma das coisas que dissemos nas várias comunicações é que entendíamos que todo o trabalho dentro da Assembleia Representativa devia ser feito recolhendo a pluralidade e, portanto, a nossa sugestão, o caminho que entendíamos... E é essa a proposta que está também aí, que fizemos para votação, é que devia de ser uma comissão plural a tratar do Regimento, recolhendo as contribuições de todos e democraticamente decidir, sendo certo que uma composição plural de uma comissão que reflete as diferentes diversidades e o peso de cada uma delas. Portanto, não há aqui... Acho que todos percebem o que eu estou a querer



**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

dizer e, portanto, se há, eventualmente, uma diversidade que está maioritária, essa diversidade tem o peso maioritário numa comissão. Foi essa sempre o nosso... O nosso... A nossa posição. Foi aquilo que até agora sempre dissemos em todas as comunicações e a Mesa teve a bondade de considerar isto uma proposta, que nós não enviámos nesta base e quem vê o texto final, que depois é uma segunda versão com mais contributos que nos chegaram, percebe, pelo facto de estar lá os amarelos e os azuis e tudo mais, que aquilo é um trabalho que estava a ser feito e um contributo para um processo de elaboração de outra forma. Não para chegarmos aqui um dia e "ou vota A ou vota B." Até porque há aqui muitas coisas que eu já ouvi na boca de outras... De muitos colegas que não fomos nós, que começámos isto. Que estão no nosso texto e por exemplo não estão no texto A... E, se calhar, seria interessante conseguir-se fazer esse trabalho de ir buscar o melhor a ambos os textos e se for a vontade da maioria em cada um dos pontos, como é óbvio, ficámos... Recolhemos essa maioria. A proposta que eu pus... Que eu pus... Que eu endossei em nome de vários colegas aqui à Mesa é precisamente que haja a criação de uma comissão que vá tratar disto e uma comissão eleita por método de Hondt, para que respeite as pluralidades, para que vá, daqui para a frente, criar um Regimento melhor do que aquele que hoje saia daqui, seja ele qual for. Com mais tempo, com mais ponderação, com um estudo aprofundado, que possa servir, que possa ser algo mais do gosto ou do agrado de todos, mas que sobretudo dê mais operacionalidade à profissão. O que é que nós temos aqui na proposta B que presamos muito? O reconhecimento da diversidade e do direito a nos organizarmos de acordo com essa diversidade. Porquê? Porque todos nós sabemos que se houver agrupamentos... E este não é um termo que nós criámos, foi um termo que vinha de uma das propostas de dois candidatos da lista A, na altura, um eleito, outro não eleito... Dois, pelo menos... Eu peço desculpa se são mais. Portanto, o direito a haver agrupamentos de colegas porque acham que dessa forma o trabalho rende mais, vamo-nos organizar melhor, vamos conseguir comunicar os diferentes... As diferentes diversidades ou os diferentes agrupamentos de eleitos... Melhor uns com os outros para nos organizarmos... Por exemplo, o Bruno já aceitou e já fez aquela sugestão para Lisboa, fazermos aqui na próxima terça-feira... Quarta-feira livre... Se o concelho Diretivo assim o permitir, uma sessão. Nós também estamos de acordo. Ou melhor, eu estou de acordo, porque eu só me represento a mim pessoalmente. Se nós tivéssemos um agrupamento a funcionar já sabíamos se os colegas de Lisboa iam estar ou não disponíveis. Mas com os colegas da lista A eu falo com quem para saber se estão de acordo? Eu vou falar com os nove? Estão a perceber onde é que eu quero chegar? Pronto. Portanto, por um lado, a diversidade e os agrupamentos. Depois, uma coisa nos parece óbvia. Um órgão representativo como é este deve representar as diferentes diversidades em todas as comissões, em todos... Em todas as comissões que vai criando... Porque só assim é que vai ser possível chegarem ao processo de elaboração e ao processo de trabalho todas as ideias e todas as visões e depois a partir daí elas se trabalharem. Portanto, são estas duas grandes marcas que temos aqui no nosso trabalho, além depois de uma questão de proximidade com os colegas. Desde a questão da gravação de imagens e depois da disponibilização, a possibilidade, porque não, de um ou outro vir aqui dizer algo que acha importante e toda uma forma de nos organizarmos para que eventualmente o trabalho no terreno seja mais benéfico em termos da profissão. Isto é as grandes questões que aqui colocamos. Nós gostávamos de trabalhar isto em parceria com todos e foi por isso



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

que temos aí também a proposta da criação da comissão. Será possível hoje chegarmos aqui a uma coisa que não seja A contra B? (...)"

----- Iniciou-se um período de discussão, tendo vários colegas tomado a palavra.-----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia ambas as propostas, tendo sido aprovada a proposta "A" com 53 votos a favor, 17 votos a favor da proposta "B", 7 abstenções.-----

----- k) Eleição da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais.-----

----- Para a eleição da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais foram apresentadas, discutidas e votadas duas propostas: -----

----- A proposta 'A', constituída por:-----

----- Presidente: Rui Manuel Gertrudes Herdadinha CC 83733-----

----- Vice-Presidente: Severino Gonçalves Sousa, CC6691-----

----- 1.º Vogal: Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094-----

----- 2.º Vogal: Francisco José Campos Graça Onofre Ferrão, CC34273-----

----- 1.º Suplente: João Correia Colaço, CC 16-----

----- 2.º Suplente: José Domingos São Bento Rodrigues, CC 2445-----

----- E a proposta 'B' constituída por:-----

----- Presidente: Manuel Cruz Gonçalves, CC 29982-----

----- Vice-Presidente: José Alberto de Brito Pereira, CC 30768-----

----- 1.º Vogal: Mafalda Pereira Bernardes Vilarinho Andersen, CC 42760-----

----- 2.º Vogal: Manuela de Fátima Carvalho Fernandes, CC 84221-----

----- 1.º Suplente: João Carlos Simões Figueiral, CC 61756-----

----- 2.º Suplente: António de Jesus Nunes, CC 18487-----

----- Antes de efetuada a votação, foi apresentada pela Maria Margarida Leal Gonçalves da Silva CC 29616, uma proposta sugerindo que a votação fosse efectuada por braço no ar, a qual foi rejeitada pela Mesa da Assembleia por contrariar o Regimento anteriormente aprovado.-----

----- Elaborada a votação das duas propostas por escrutínio secreto, obteve-se a seguinte votação: Proposta 'A', 24 votos a favor; Proposta 'B', 51 votos a favor; 1 voto nulo.-----

----- Assim, foi aprovada a proposta 'B', sendo a Comissão constituída pelos seguintes membros:-----

----- Presidente: Manuel Cruz Gonçalves-----

----- Vice-Presidente: José Alberto de Brito Pereira-----

----- 1.º Vogal: Mafalda Pereira Bernardes Vilarinho Andersen-----

----- 2.º Vogal: Manuela de Fátima Carvalho Fernandes-----

----- 1.º Suplente: João Carlos Simões Figueiral-----

----- 2.º Suplente: António de Jesus Nunes-----

----- Dado o adiantado da hora o Presidente da Mesa propôs que a minuta da ata fosse distribuída posteriormente, por *email*, para todos os Representantes. A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- De referir, que a Mesa constatou que durante a reunião se ausentaram alguns Representantes, perturbando os trabalhos e condicionando os momentos de contagem de votos e registos de permanência. No entanto, tendo em conta a expressão das votações as referidas ausências não alteram o sentido de voto das deliberações.-----



**ORDEM
DOS CONTABILISTAS
CERTIFICADOS**

Continuação da Ata nº 2

**Da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas
Certificados**

----- Assim, esgotada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Representativa deu por encerrada a sessão, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos.-----

João Baptista da Costa Carvalho

(Presidente da Mesa da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados)

Carlos José Castro Alexandre

(Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados)

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro

(Secretário da Mesa da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados)

Raquel Vandra da Mota Pinto

(Secretária da Mesa da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados)